



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 053 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 053

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Comunicados 03

Ação Direta de

Inconstitucionalidade 04

Telegramas 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró..... 08

Dep. Tadeu Veneri..... 08

Dep. Elton Welter..... 10

Dep. Marcelo Rangel 11

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 14

Grande Expediente:

Sr. Arilton Cândido Freres

Presidente da UPE..... 14

Sr. Márcio Rodrigues

Sindicato dos Jornalistas..... 16

Dep. Dobrandino da Silva 17

Dep. Augustinho Zucchi..... 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 09

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 12

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 20

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 25

Discussão/Votação

3ª Discussão 26

2ª Discussão 26

Requerimentos 27

Encerramento da Sessão 28

DIÁRIO Nº 053

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE MAIO DE 2007**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Ribas Carli Filho e Professor Luizão.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Car-

los Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse e Mamede (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Durval Amaral, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori, Nereu Moura e Péricles de Mello (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC nº 076, 077, 078 e 079/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

149/07: de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 15464, de 31 de janeiro de 2007, o qual convertido em Lei tomou o nº 15494. **Anote-se - Arquite-se.**

118/07: de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre desenvolvimento de projeto específico de proteção e reflorestamento das margens de rios e lagos no estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15495. **Anote-se - Arquite-se.**

063/07: de autoria do Deputado Mauro Moraes, que determina a construção de banheiros, pelas concessionárias de estradas de rodagens, para utilização dos usuários da via pedagiada no estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15496. **Anote-se - Arquite-se.**

076/07: de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre programa permanente de compensação para neutralizar as emissões de dióxido de carbono, con-

forme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15497. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 075/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 086/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 072 e 074/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as indicações legislativas nºs 296 e 299 foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises dos assuntos versados. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 088/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 025, 026, 126 e 141/07 de autoria do Deputado Nelson Justus, 067/07 do Deputado Nereu Moura, 098 e 183/07 do Deputado Dobrandino da Silva, 128/07 do Deputado Cleiton Kielse, 156/07 do Deputado Edson Strapasson, 160 e 161/07 do Deputado Fábio Camargo e 185/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nºs CTL/CC 089/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. **Ao conhecimento da Casa.**

Comunicados

Sob o nº AL000211/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000210/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAI - PNAE INDÍGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000208/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000209/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAC - PNAE CRECHE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 763/07 SESAN/MDS do Sr. Onaur Ruano - Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, informando liberação da 5ª parcela, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) referente ao convênio nº 058/03, firmado entre a união, representada pelo

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e este estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Do Sr. Ministro Gilmar Mendes - Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3739, do Supremo Tribunal Federal; onde é o requerente o Governador do Estado do Paraná; e requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunicando que o Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária realizada em 17 de maio de 2007, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, com a conseqüente declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 15000, de 26 de janeiro de 2006, deste estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000169/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000168/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000171/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000170/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000167/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000166/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000165/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000160/MS/SE/FNS - valor de R\$ 107.800,00 - pagamento de Centros de Especialidades Odontológicas.

- Nº 000163/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000161/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.347.430,74 - pagamento de Gestão Plena de Sistema Estadual.

- Nº 000162/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000164/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de financiamento aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

- Nº 000008/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.522.373,20 - pagamento de Programa de Aquisição

de Medicamentos Excepcionais. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Psiquiátrico Dom Alberto, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, conforme segue abaixo:

- Nº 000511/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.336,86 - pagamento de Integrasus II.

- Nº 000065/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.336,86 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000034/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.110,47 - pagamento de Integrasus II.

- Nº 000474/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.110,47 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha, conforme segue abaixo:

- Nº 000685/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.382,53 - pagamento de Integrasus II.

- Nº 000094/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.382,53 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, conforme segue abaixo:

- Nº 000064/MS/SE/FNS - valor de R\$ 9.873,17 - pagamento de Integrasus II.

- Nº 000510/MS/SE/FNS - valor de R\$ 9.873,17 - pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para Inkafarma Comércio Farmacêutico S.A, conforme segue abaixo:

- Nº 000036/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.808,68 - pagamento de expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 130/07

SÚMULA:

Sugere a criação de um Programa de Incentivo ao Transporte de Órgãos no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a criação de um Programa de Incentivo ao Transplante de Órgãos no estado do Paraná.

II - Estamos apresentando a presente indicação, aproveitando levantamento feito pela Associação Brasileira de Transplante de Órgãos - ABTO, que diagnosticou que, ao contrário dos índices nacionais, os números paranaenses tem revelado expressivo crescimento no número de doação e de transplantes.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 131/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e à Secretaria da Cultura a Criação de Biblioteca Cidadã no município de Diamante do Norte.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sra. Secretária da Cultura.

Diamante do Norte, atualmente, tem biblioteca municipal instalada em prédio de madeira construído há mais de 20 (vinte) anos, com espaço limitado, insuficiente para comportar aumento do acervo ou permitir a instalação de estrutura tecnológica mínima que possa ser utilizada por seus frequentadores. Não bastasse isso, mobiliário e equipamentos da biblioteca estão ultrapassados.

Demais, os estudantes primários e secundários necessitam de que a biblioteca pública municipal lhes disponibilize material de consulta e leitura atualizado, contudo, pelos motivos acima referidos, essa necessidade não pode ser atendida pela atual biblioteca municipal, razão pela qual se propõe ao Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação a implantação de uma Biblioteca Cidadã no município de Diamante do Norte, bem como a instalação de curso de capacitação e atualização para os funcionários da biblioteca municipal.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Além de atender demanda mais do que premente dos estudantes primários e secundários de Diamante do Norte, a implantação de nova biblioteca, ao lado do estabelecimento de curso de atualização para funcionários da biblioteca municipal, constituirá complemento indispensável para a formação dos estudantes, possibilitando-lhes alcançar novos patamares de aperfeiçoamento, além de aperfeiçoar mão-de-obra que lida com área específica da educação das mais importantes e fundamentais, porém negligenciada - quando não esquecida - nos dias atuais pelos programas de formação e aperfeiçoamento.

Demais, sabe-se que os livros constituem a matéria-prima de que se compõe o acervo de uma biblioteca, no entanto, precisam ser constantemente atualizados, de modo a possibilitar e descortinar a todos quanto deles

fazem uso novas possibilidades de conhecimento, ampliando o horizonte de consciência dos estudantes e funcionários.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 056/07, item 03, por 5 Sessões.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO
ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de maio (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, e ao Superintendente do Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Neves, solicitando dos mesmos informações sobre os prazos para a cobertura das quadras esportivas, conforme processos e requerimentos abaixo descritos:

Protocolo nº 8.987.876-4 - Escola Estadual João Jequelin - Maringá;

Protocolo nº 8.587.292-3 - Escola Estadual Zuleide Portes - Maringá;

Protocolo nº 5.503-111 - Colégio Estadual Branca da Motta Fernandes - Maringá;

Protocolo nº 4.950-922-7 - Escola Estadual Cecília Meireles - Santa Fé;

Protocolo nº 3.011-240-7 - Colégio Estadual Ver-cindes Gerotto dos Reis - Paçandu;

Protocolo nº 4.950.891-3 - Colégio Estadual Tereza Cristina - Colorado;

Requerimento 27/02/07 - Colégio Estadual Presidente Kennedy - Maringá;

Requerimento 06/03/07 - Colégio Estadual Juscelino K. de Oliveira - Maringá;

Requerimento 07/05/07 - Colégio Estadual Adaile Maria Leite - Maringá.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 383/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Carlos Pisani.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

José Carlos Pisani nasceu em Tangará, Santa Catarina, no dia 14 de outubro de 1946, filho de Nelson e Maria Lourdes Pisani.

É graduado em Engenharia Química na Escola de Engenharia de Mauá, do Instituto Mauá de Tecnologia, de 1965 à 1969. Em 1989 cursou pós-graduação em Administração de Empresas e Economia pela Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE, de Curitiba/PR.

Dentre as atividades associativas que participou, podem ser citadas as seguintes atividades: nos anos de 1987 a 1990, foi Presidente do SINPACEL - Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose e pasta de Madeira para papel, papelão e artefatos de papel e papelão do Estado do Paraná; de 1989 a 1992, foi Vice-Presidente da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Diretor, nos anos de 1977 a 1991, da ABTCP - Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel, e membro, desde 1999, da Loja Maçonica-Defensores da Verdade.

Recebeu os seguintes títulos: Cidadão Honorário de Piraí do Sul/PR; Cidadão Honorário de Monte Carlo/SC; Cidadão Honorário de Campos Novos/SC; Cidadão Honorário de Tangará/SC e Cidadão Honorário Curitiba/PR. Em 2004, Láurea de Honra ao Mérito do Estado do Paraná da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Em 2003, recebeu honra ao mérito concedida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Atualmente é Diretor-Presidente das Empresas do Grupo Imaribo (Imaribo S.A Indústria e Comércio). Em setembro de 2003, publicou o livro sobre os "60 Anos da História do Grupo Imaribo".

Diante de algumas menções referentes as atividades associativas e profissionais exercidas por José Carlos Pisani, bem como dos títulos de honra recebidos, verifica-se a prestação de relevantes serviços ao estado do Paraná por este respeitável cidadão.

PROJETO DE LEI Nº 384/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os prédios das escolas estaduais poderão ser utilizados, também, pelas associações de bairros,

pelas ONGs e por entidades representativas da comunidade.

Art. 2º A utilização a que se refere o artigo anterior será permitida somente para o desenvolvimento de trabalhos sociais ou educativos.

Art. 3º O uso dos referidos prédios será permitido em finais de semana, feriados ou em horários em que não haja aula, mediante prévia solicitação à direção da escola.

Art. 4º A limpeza do prédio e a responsabilidade por eventual dano ao patrimônio público, será de quem requisitou o seu uso.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como objetivo aproximar mais ainda a escola da comunidade. Muitas vezes as lideranças comunitárias deixam de promover trabalhos sociais e educativos, por falta de um espaço físico em seu bairro. Algumas direções ficam receosas de liberar os prédios escolares para os trabalhos de associações de bairros ou de ONGs, por não haver lei que permita o atendimento dessas solicitações. Outros Diretores ou Diretoras autorizam por conta própria, e, quando ocorrem problemas, acabam respondendo processo administrativo, exatamente por falta de amparo legal, responsabilidade que deixará de ocorrer, com a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 385/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do ICMS os consumidores de energia elétrica que utilizam aparelhos de sobrevivência.

Parágrafo Único. Ficam excluídos do benefício, os consumidores que atinjam uma renda familiar superior a 10 (dez) salários-mínimos.

Art. 2º Para beneficiar-se da isenção, o consumidor ou unidade consumidora deverá estar cadastrado no Programa Social da COPEL.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo fazer justiça e criar recursos às famílias carentes que têm doentes utilizando aparelhos de sobrevivência, que, por falta de pagamento, não têm luz para manter os aparelhos ligados.

Temos a informação de que a COPEL tem cadastrados hoje, 2039 consumidores nessa situação. Não podemos abreviar a vida de pessoas que não têm dinheiro para pagar a conta de luz. Ou, que na iminência de ter a energia cortada, fazem os chamados “rabichos”, criando uma situação muito mais calamitosa. Muito pelo contrário. Essas pessoas têm que ter prioridade no atendimento. O estado não pode se omitir e ignorar essa realidade.

Enquanto os avanços da medicina aumentam a qualidade de vida e criam condições das pessoas sobreviverem por mais tempo, uma questão tão pequena como a falta de luz pode por tudo a perder.

Todos temos conhecimento do custo/dia de um paciente do SUS no hospital. Uma medida simples como a que estamos propondo tem seu custo muito menor. O estado deixará de arrecadar muito pouco pelo custo que ele deixará de ter com pacientes hospitalizados. Portanto, solicitamos o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste meritório projeto.

PROJETO DE LEI Nº 386/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar Tarifa Diferenciada de energia elétrica aos consumidores que utilizam aparelho de sobrevivência.

Parágrafo Único. Ficam excluídos do benefício, os consumidores que atinjam uma renda familiar superior a 10 (dez) salários-mínimos.

Art. 2º Para beneficiar-se da Tarifa Diferenciada, o consumidor ou entidade consumidora deverá estar cadastrado no Programa Social da COPEL.

Art. 3º O ressarcimento às concessionárias, autorizadas e permissionárias de energia elétrica no estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no artigo 1º, será efetuado mediante dotação no orçamento geral do estado.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo fazer justiça e criar recursos às famílias carentes que têm doen-

tes utilizando aparelhos de sobrevivência, que, por falta de pagamento, não têm luz para manter os aparelhos ligados.

Temos a informação de que a COPEL tem cadastrados hoje, 2039 consumidores nessa situação. Não podemos abreviar a vida de pessoas que não têm dinheiro para pagar a conta de luz. Ou, que na iminência de ter a energia cortada, fazem os chamados “rabichos”, criando uma situação muito mais calamitosa. Muito pelo contrário. Essas pessoas têm que ter prioridade no atendimento.

Temos conhecimento de que alguns consumidores têm obtido êxito na Justiça (Ministério Público) quando impetram Mandados de Segurança, baseados na Constituição Federal e na Lei nº 1521 de 26 de dezembro de 1952 - Leis de Crimes Contra a Economia Popular. O estado não pode se omitir e ignorar essa realidade.

Enquanto os avanços da medicina aumentam a qualidade de vida e criam condições das pessoas sobreviverem por mais tempo, uma questão tão pequena como a falta de luz pode por tudo a perder.

Todos temos conhecimento do custo/dia de um paciente do SUS no hospital. Uma medida simples como a que estamos propondo tem seu custo muito menor. Portanto, solicitamos o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste meritório projeto.

PROJETO DE LEI Nº 387/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação das Modistas de Curitiba e Região Metropolitana - AMC&RM, com sede e foro no município de Curitiba - estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.05.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A instituição que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Curitiba - Paraná, é constituída juridicamente como entidade civil, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado.

A Associação das Modistas de Curitiba e Região Metropolitana - AMC&RM é uma instituição com a finalidade de prestar atendimento preferencialmente às famílias de baixa renda, alicerçando e respeitando o que dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social.

A AMC&RM tem suas atividades sociais específicas na área de iniciação a costura, porém ainda não conseguiram atingir suas metas. Os planos da associação são: lutar por uma escola de ensino fundamental municipal ou estadual; criar projeto de carreira para as costureiras; criar comissão técnica em acabamento têxtil para avaliar os profissionais que serão associados posteriormente;

treinar e integrar no setor de acabamento têxtil; proteger a Cultura Indumentária Nacional.

Por essas razões, esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Plauto Miró.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu acompanhava a leitura do expediente de hoje e confesso que não entendi 2 que o Deputado Carli acabou de colocar, que falam sobre repasses de recursos do Instituto de Saúde do Paraná, sendo que o Instituto de Saúde foi extinto por esta Casa e percebemos que o Ministério da Saúde está repassando recursos.

Eu queria pedir a V. Exa. uma cópia desses documentos para analisar uma cópia da lei que determinou que uma lei se tornou inconstitucional, de acordo com um parecer que veio agora de Brasília. Eu solicitaria cópia desses 2 itens para analisarmos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje, às 19h30, vai estar instalando-se na cidade Ponta Grossa a Sessão Solene para poder fazer a entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Francisco Terasawa.

(Lê):

“É para mim motivo de orgulho e grande satisfação, hoje presidir esta Sessão Solene da Assembleia Legislativa do Paraná, na nossa cidade Ponta Grossa, sendo eu o proponente desta justa homenagem a um conterrâneo que merece o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Dr. Francisco Terasawa.

Agrônomo brilhante, formado pela Universidade Federal do Paraná, suas pesquisas sempre se orientaram no desenvolvimento de variedades de grãos que fossem aliar bons índices de produtividade com resistência às pragas. Francisco Terasawa, o pesquisador que ajudou a escrever a história da soja brasileira, semeador de tecnologia das Américas do Sul e Central e África.

O ponta-grossense, paranaense e brasileiro, distinguido com a indicação pela FAO/ONU para o Prêmio Mundial de Produtores de Alimentos.

Dentre as 102 cultivares de soja desenvolvidas, destacamos a FT-Guaíra, desenvolvida para atender as demandas do Paraná e São Paulo, a FT-Saray, criada para o Rio Grande do Sul, e talvez a filha mais amada, a

FT-Cristalina, que transformou o cerrado brasileiro, no responsável pela produção de 50% dos grãos produzidos no Brasil, contando hoje com uma área de 18 milhões de hectares semeados.

Foi enviado pela FAO/ONU para a Nicarágua, numa época em que, por razões políticas, o país não podia importar o óleo de soja americano, levando o Governo Sandinista Nicaraguense a buscar, também na FT-Cristalina, a solução para a crise alimentar ali instalada.

De engenheiro agrônomo tímido, Seu Chico passou a ser um dos mais requisitados e respeitados interlocutores do setor agrícola de nosso país.

Portanto, nossa justa homenagem, hoje, a este homem, que como tantos brasileiros, transformaram nosso país, ajudando a erguer cidades, gerar empregos e riquezas, através da produção agrícola. Viva a agricultura brasileira!”

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje ele estará recebendo essa homenagem na cidade de Ponta Grossa e quero convidar a todos os Parlamentares para irem até a cidade, que a Assembleia vai estar lá instalada, entregando oficialmente esse título a pessoa dele e em uma grande festa num dos clubes da cidade ele vai receber todos os seus amigos, não só de Ponta Grossa, do Paraná, de todo Brasil e também companheiros dele de outros países.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer hoje uso do Pequeno Expediente para um relato que ontem já iniciamos a respeito do ocorrido no CRE Marechal. E também solicitei ao Líder da bancada para que possa usar o Horário da Liderança por conta de uma situação que temos na COPEL. Quero deixar bem claro que os primeiros 5 minutos que eu estou usando são destinados a fazer este procedimento que é de denúncia como eu fiz ontem, por conta da ação que aconteceu com o Sr. Renato Marinho, do CRE/Marechal e que hoje, conversando com a Elaine, Diretora do Sindicato da Saúde, tivemos mais informações que me preocupam e que eu acho que deveremos averiguar.

A primeira é como se deu o fato narrado ontem, já de conhecimento das Sras. e Srs. Deputados. Falava ontem com alguns Deputados que a Elaine, ao acompanhar uma servidora até o CRE/Marechal, para que essa servidora que está em licença-saúde por um quadro de depressão, pudesse ter renovada a sua licença. Essa pessoa foi impedida de entrar na sala do Diretor. Essa pessoa que estava com a Elaine, depois, ao ficar na sala - e eu estou colocando a situação de ontem - ao entrar na sala com a Elaine,

foi solicitado pelo Sr. Renato Marinho, que se retirasse. A Elaine retirou-se. Foram chamados os 2 seguranças que retiraram a Elaine de dentro da sala e esse senhor passou a tratar aos gritos uma funcionária de 65 anos.

O que eu tenho a dizer? Acho que devemos buscar, porque não é esse o tipo de funcionário que nenhum Governo quer, não é esse o tipo de chefia que nenhum Governo quer, seja do partido que for, seja do perfil ideológico que for, não é esse o comportamento de funcionários pagos com o dinheiro do estado. Pior ainda - e é isso o que eu acho que devemos confirmar - há ainda a denúncia feita que esse mesmo funcionário, esse Chefe de Departamento, é funcionário de escola, é professor e estaria cumprindo regime de um padrão, dentro de uma escola do Portão.

É preciso que averiguemos, porque se isso estiver ocorrendo de fato, primeiro, é crime, porque ele tem dedicação integral, tem 40 horas. Mais do que 40 horas. Fez os descontos, determinou que fossem feitos os descontos dos funcionários do CRE/Marechal que não fizeram as 40 horas, conforme há uma circular determinando.

Surpreendentemente, o mesmo que determina que os outros façam, não faz. Entendo que além de ser gravíssimo o fato de ter um regime integral e estar prestando serviço em outro departamento, numa escola, essa funcionária só procurou o sindicato, porque por duas vezes ela esteve no CRE/Marechal para falar com esse senhor e em nenhum momento pôde ser atendida, porque simplesmente ele não estava lá por 2 dias seguidos. É preciso confirmar.

É preciso confirmar também o porquê deste mesmo Diretor ter determinado que apenas ele, tão somente ele, pode assinar as liberações.

Sr. Presidente, uso o horário do Partido dos Trabalhadores.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Apenas e somente ele pode fazer com que as licenças de saúde sejam assinadas, apesar de haver um parecer e uma determinação do departamento de Recursos Humanos do Governo do Estado, ele avocou a si a responsabilidade de fazer isso.

Quero ser objetivo. Temos que averiguar. Não vou fazer pedido de informações, mas vamos averiguar e se confirmar essas informações que estamos trazendo aqui, que de fato esse senhor tem 5 ou 6 processos por assédio moral, inclusive, de uma funcionária pública federal que o está processando, que teve esse tipo de atitude desrespeitosa com o servidor.

Tem que ser exonerado! Não é possível que ainda tenhamos que conviver com esse tipo de atitude. Tenho certeza absoluta, seja o Governo que for, Governo Lula, Governo Requião, ninguém pactua com esse tipo de atitude. Não podemos concordar que atitudes desrespeitosas de chefes ou chefetes passem a ser regra.

Por isso, vamos encaminhar um pedido, não é um pedido de informações, para que tenhamos esses esclarecimentos feitos e à medida que eles forem feitos, acho que oficialmente, voltaremos a esta tribuna para saber quais as providências que estão sendo tomadas.

Sr. Presidente, essas primeiras considerações que gostaria de fazer. Na sequência quero passar aqui - conversei com o Líder do Governo - quero passar um assunto que parece-me bastante preocupante.

Os senhores acompanharam, recentemente a COPEL fez um pregão eletrônico. Fez uma compra ou pretendia fazer uma compra ou pretendia fazer uma compra com o pregão eletrônico no valor de R\$ 30,6 milhões dividido em duas partes. A primeira parte que seria feita agora no mês de maio e a segunda parte na sequência, ao término de maio, início de junho.

Esse pregão feito para aquisição de diversos equipamentos de controle interno, como catraca, câmeras de vídeos, outros equipamentos que estavam sendo contratados pela COPEL para serem objetos de acompanhamento interno. Para a nossa surpresa, dias antes do pregão eletrônico, tivemos a informação que a empresa que iria vencer esse pregão eletrônico era a Telemática Sistemas Inteligentes. Por que isso?

Porque a Telemática Sistemas Inteligentes já havia feito participação no pregão eletrônico, também, em São Paulo. Em São Paulo, para a CODESP havia ganho, mas houve um questionamento e o Ministério Público, junto com outros órgãos, inclusive o Tribunal de Contas, suspenderam o pregão, suspenderam a licitação e posteriormente entraram com todos os procedimentos que são cabíveis nesse caso.

Aqui, no nosso caso, surpreendeu-me porque uma das exigências feitas no pregão é que a empresa que faz a identificação tivesse alguns instrumentos especiais, condições especiais. Um deles é o produto chamado Codin, fabricado pela empresa Telemática Sistemas Inteligentes. Ou seja, a única fabricante do Codin é a Telemática e justamente a Telemática, das empresas que concorreram, era a que tinha condições de fazer a entrega desse produto. É, ao que tudo indica, um pregão dirigido.

Seria feita na manhã, parece-me que há 10 dias atrás, foi suspenso duas horas antes. Havíamos inclusive comunicado alguns setores da COPEL que sabíamos quem iria ganhar essa concorrência, como iria vencer.

O que estou trazendo aqui, Deputado Rossoni, já conversei com o Líder do Governo, o Deputado Romaneli, não é em absoluto nenhuma acusação, que isso possa ter sido feito de forma determinada, mas é uma preocupação, porque vejam os senhores, são R\$ 30 milhões, no primeiro momento R\$ 12 milhões 838, que seria o preço máximo que seria pago; no segundo momento cerca de R\$ 28 milhões de reais e só uma empresa que pode atender a essas exigências. Tenho todo o processo, inclusive o processo feito pela CODESP, todas as alegações feitas pelas outras empresas, inclusive, a BSSG que não sei de quem é, não sei de quem é a Telemática.

Acho que é bom, conversava com o Líder do PT e ele me perguntava se nós sabíamos quem é concorrente. Eu não sei quem é o concorrente, mas eu sei que esta é uma licitação para a aquisição de segurança física para ambientes corporativos, que não tem a menor sombra de dúvida: se não é dirigida, é muita coincidência.

Então, a COPEL, como uma empresa séria, uma empresa que é patrimônio de todos os paranaenses, todos os brasileiros, uma das melhores empresas de energia elétrica do mundo, sem dúvida nenhuma em determinados momentos, tem que ter o cuidado para que as ações como esta não ocorram, porque podem causar, na sequência, uma preocupação.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Sem dúvida nenhuma que este tema que conversamos um pouco antes da Sessão e que V. Exa. traz à tribuna da Casa, penso que é um assunto que efetivamente tem que merecer a atenção devida e eu pediria que, se V. Exa. pudesse, em desejando, nos encaminhar um requerimento - mas nem precisa de um requerimento, não - na verdade informações que são solicitadas, para poder de fato cobrar explicações da diretoria da COPEL acerca deste tema, que me parece que tem que ser esclarecido, devidamente esclarecido, se há alguma irregularidade ou se é uma coincidência o fato de ter uma especificação tão precisa em relação a um produto determinado. Penso que é necessário que se esclareça o tema para que possamos, enfim, preservar o patrimônio e o interesse público.

Então, pediria a V. Exa., em função até da gravidade dos posicionamentos que faz, pudesse encaminhar para que possamos cobrar da presidência da COPEL um esclarecimento sobre este tema.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pois não, Deputado Romanelli, vou encaminhar. Inclusive, quero colocar mais uma preocupação que no dia que soubermos desta licitação ou deste pregão eletrônico, também me chamou a atenção. O fato é que você está fazendo um pregão eletrônico, o número é 953577/07, de 09 de maio de 2007, e você vai tratar de projeto de engenharia. Ministério da Agricultura, em nenhum momento o pregão tratava, também, da necessidade da empresa que apresentasse estas soluções, ter o projeto de engenharia junto.

Ora! O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná, o CREA, diante deste edital, fez inclusive um questionamento à COPEL, porque a presente licitação que está colocada, tem por objeto a aquisição e implantação de solução integrada para controle e gerenciamento de acesso de pessoas e veículos, ponto eletrônico com o biometria digital, sistema de circuito fechado de televisão nas instalações da COPEL, incluindo instalação, suporte e manutenção, corretiva e preventiva, a solução dos seus equipamentos, na forma dos previstos

anexos, conforme estão especificados, sem que para fazer esta aquisição tenha sido exigido o projeto de engenharia.

Como é que vai ser feito um processo como este, que exige uma série de intervenções, sem que haja um projeto de engenharia? Sabemos como vai ser feito. O projeto, normalmente, é feito. A empresa, no caso se esta empresa fosse vencedora - ao que tudo indica seria, pelo menos são as informações que temos - iria executar o projeto, não haveria projeto de engenharia...

Solicito um minuto, para concluir. E boa parte deste esforço feito estaria perdido.

Então, o que estamos chamando a atenção é que pode estar havendo um grande problema de comunicação ou de coincidência, ou qualquer outra coisa. E não estamos, a princípio, pré-julgando. Mas, como o Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli colocou, é preciso que estes fatos sejam esclarecidos.

Vou encaminhar esta documentação à Liderança do Governo e também à Mesa para que, na sequência, possamos ter uma resposta. O que não é possível é que coincidências - em pregão eletrônico sabemos que não ocorrem - aconteçam com uma precisão. E se alguém achar que eu acertei, eu não teria esta capacidade, acertaria na mega-sena, porque seria muito mais fácil do que acertar com tanta precisão quem iria ganhar, que dia e para que tipo de licitação iria ganhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao 3º orador inscrito. No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Antes, porém, esta presidência anuncia a visita dos alunos da 3ª e 4ª séries da Escola Expansão de Campo Largo, que estão acompanhados pelas professoras Amanda de Oliveira e Marilisa Hansen de Oliveira. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dia de hoje é um dia muito importante. Hoje é o dia nacional de mobilização unificada em defesa do veto do Presidente Lula em relação à Emenda 03. Tivemos manifestações das mais variadas em todo o país. É um apelo que este Poder deveria fazer para o conjunto dos Deputados Federais do Paraná, para que mantenham o veto do Presidente Lula em relação a essa Emenda 03, que foi votada a partir do Plenário da Câmara Federal.

É uma matéria que não caberia, não seria de competência do Poder Legislativo e que tira direitos dos trabalhadores, porque propõe que os mesmos constituam empresas, CNPJ, para prestarem serviços. Os trabalhadores receberiam dos patrões como se fossem prestadores

de serviço e isso tira, indiretamente, muitos e muitos benefícios dos nossos trabalhadores brasileiros. Seria, portanto, um retrocesso. A emenda, também, impede a fiscalização dos funcionários do Ministério do Trabalho.

Sr. Presidente, também venho a esta tribuna para me solidarizar a Elaine Rodela, que é uma servidora pública sindicalista que foi agredida no serviço público por outro servidor público, infelizmente por um Diretor. Quero lamentar que esse Diretor tenha pedido para que as seguranças intervissem no processo de atendimento desse servidor público, e essa servidora, a Elaine Rodela, foi agredida. Minha solidariedade a Elaine.

Sr. Presidente, com muita felicidade, quero dar algumas notícias boas que ocorreram no interior do estado. O Governo do Estado foi sensível. O Governo do Estado definiu uma ação concreta para atender as pequenas empresas que trabalham em arranjos produtivos locais. Na semana retrasada, eu pessoalmente fui visitar o APL de Terra Roxa. O APL de Terra Roxa, é na área de moda bebê, de zero a 1 ano, lá são mais de 50 empresas que se agrupam e produzem moda finíssima e exportam para o país todo. Começou como fundo de quintal e praticamente nunca tiveram apoio público, mas, agora, o Governo, sensível, percebeu que como há uma competitividade muito grande, a abertura dos mercados é um ramo que precisa de atenção, porque é constituído basicamente de pequenas empresas.

Está aqui, hoje, no Plenário, está nas galerias, o Eugênio. O Eugênio é o Presidente do APL da cidade de Terra Roxa. Está aqui, também, representando o Poder Executivo, o Vice-Prefeito Edson Bachea e o Diretor José Valquer do setor rodoviário da prefeitura de Terra Roxa. O Prefeito de Terra Roxa, também, está na capital, hoje, até para termos uma boa conversa, no final da tarde, com o nosso Secretário de planejamento para tratarmos exatamente de como o estado vai poder incentivar os APLs do Paraná.

Terra Roxa, que trabalha com a moda bebê, as dificuldades que eles têm encontrado, por incrível que pareça, é com relação à mão-de-obra. Falta mão-de-obra naquela cidade. É muito difícil podermos capacitar. É difícil para o empresário fazer com que uma bóia-fria passe a trabalhar para fazer cortes com precisão, utilizar máquinas modernas, e isso tem sido feito lá; tem um custo altíssimo. Essa é a grande dificuldade do APL de Terra Roxa. Essa APL tem funcionado de forma extraordinária, tem sido exemplo para o Paraná e para o Brasil.

Então, temos a convicção, já há uma decisão política tomada por parte do Governo do Estado, teremos já num acordo com o Banco Mundial em torno de R\$ 16 milhões para trabalharmos, fomentarmos e criarmos condições nos momentos de dificuldade desses APLs. Os APLs são constituídos por pequenas empresas para que eles consigam ter competitividade e fiquem no mercado, permaneçam no mercado, porque são eles que são grandes geradores de empregos. Certamente é um segmento

novo e tem sido incentivado tanto por parte do governo federal e será também pelo governo do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero agradecer e registrar a presença do Diretor do CUCA, de Assis Chateaubriand, que é o Centro Universitário de Cultura e Arte do Paraná, que está aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Começo o meu pronunciamento mais uma vez voltando a falar sobre a contagem regressiva que iniciamos aqui na Assembléia Legislativa: faltam 33 dias para o Sr. Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, cumprir a promessa que fez à Comissão de Saúde e implantar 38 novos leitos na cidade de Ponta Grossa.

Muito bem! Sr. Presidente, Srs. Deputados: sinto-me na obrigação, por dever de representação popular, de registrar neste plenário mais um desrespeito de que está sendo vítima a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Hoje pela manhã, como era previsto, aguardávamos a presença nesta Casa, do Secretário da Comunicação do Governo do Estado, o Sr. Airton Pissetti. Mas, infelizmente, ele não apareceu. A alegação desta ausência é pífia. Recebemos a informação de que o Sr. Pissetti usou da prerrogativa do convite formulado para não vir esclarecer à imprensa, aos Deputados e ao povo do estado do Paraná, porque a data não foi escolhida por ele. Foram mais de 15 dias para que ele resolvesse acatar ao nosso chamamento, mas ele optou pela arrogância.

Senhoras e senhores, diante desta circunstância, as desconfianças aumentaram. Se havia dúvidas sobre os gastos com a propaganda do Governo, essas cresceram e a nossa decisão é pela ampliação das investigações. Não podemos acreditar neste Secretário. A partir de agora, deixou de ser a nossa prioridade e vou explicar a todos os senhores. Vamos antes convocar outras fontes para ampliarmos a documentação que temos reunida, para posteriormente convocá-lo.

Sr. Presidente, o termo é sim “convocação” pois hoje o Sr. Pissetti nos deu a certeza que não há boa intenção nas suas ações, não se dignando a aceitar nosso simples convite. Abre um precedente enorme, frustrando não

só a Assembléia Legislativa, mas toda a imprensa do Paraná que está na expectativa de escutar explicações plausíveis.

Se o Secretário pensa que eu vou entrar no jogo dele, marcar um novo convite para ele não aparecer de novo e ir “empurrando com a barriga”, ele está muito enganado. Não temos mais pressa na presença do Sr. Pissetti. Agora, queremos uma ampla investigação, a começar fazendo o convite ao Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Sr. Fernando Guimarães, que se prontificou, Sr. Presidente, a estar aqui na Assembléia Legislativa, para nos esclarecer alguns pontos. Vamos convidar outras pessoas, como dirigentes de órgãos envolvidos, empresários de propaganda e agentes diretos que foram citados em um relatório que denunciemos aqui nesta Casa.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Senhoras e Senhores, não nos agradou nem um pouco a postura do Governo, que declarou com todas as palavras, hoje pela manhã, que eu, Deputado Marcelo Rangel, não deveria me estressar com essa situação. Recebemos o conselho de que tudo o que está ocorrendo é assim mesmo, é desse jeito. Isto tudo é um jogo de poder, tanto aqui em Curitiba, quanto em Brasília. Ficamos escandalizados com a declaração de que estamos, aqui, para defender o Governo. Perguntamos, aqui, na nossa parca experiência: e o nosso povo? Como é que fica o nosso povo, quando pessoas experientes dizem que estão aqui apenas para defender o Governo?

Quero registrar também, que pela primeira vez a Comissão de Comunicação foi prestigiada com a presença dos 7 Parlamentares, algo inédito, que reuniu a maioria dos Deputados da base do governo. Esse seria mais um motivo, inclusive, para que o Secretário Airton Pissetti tivesse a oportunidade de ficar bem à vontade.

As denúncias dos gastos públicos, no nosso entender, estão longe de ser uma postura de jogo do poder. Essas denúncias são, sim, zelo pela coisa pública, Sr. Presidente. Se a postura de Comissões de Inquérito desta Assembléia, no passado, foi em alguns casos, de acomodamento e convivência, agora vão ganhar uma nova postura. A nossa conduta nos obriga a honrar o voto do povo e a representação que nos foi outorgada.

Srs. Deputados, o Secretário Airton Pissetti disse à Folha de Londrina que não atenderia a um convite de um Deputado novato. Isso demonstra a falta de respeito, não para comigo, Sr. Presidente, mas sim com esta Casa. A Assembléia deve repudiar tais atos.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rangel, apenas um aparte?

(Assentimento)

O Secretário da Comunicação fala? Porque eu estava até pensando que ele tinha alguma deficiência,

porque faz 5 anos que queremos que ele fale, aqui, para contar-nos. Tenho um pressentimento que esse Secretário tem dificuldade de falar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Rossoni, o Secretário fugiu, hoje, da nossa entrevista. Ele não quis se explicar. Mas ele vai ter que continuar fugindo a vida inteira, até mesmo da imprensa, porque esta também gostaria de fazer algumas perguntas, para que ele se explicasse.

Senhoras e senhores, a nossa opção agora é para uma convocação pura e simples do Sr. Pissetti, mas só quando realmente for o momento. Ele perdeu a grande oportunidade de espontaneamente vir até nós. Desrespeitou o nosso convite, não se dignou a esclarecer esse estado de coisas, que ele mesmo criou.

Então, senhores, vamos aos meios legais. Estou pensando, Deputado Rossoni, seriamente, na convocação de uma Comissão Especial de Investigação, uma CEI para avaliar e dar um resultado final que seja satisfatório para o povo do Paraná. O cheiro de pizza não me agrada! Que não se apresentem aqueles que são pessimistas, que não se apresentem aqueles que não acreditam em um resultado conclusivo, porque o Tribunal de Contas falou em ressarcimento do erário público e nós pensamos como o Tribunal de Contas e entendemos que somente a reparação do erro poderá ser satisfatório para a sociedade.

Para encerrar, de agora em diante não será mais assim do jeito que falaram: “ah, é assim mesmo!” Para nós, ética é o que está certo e o que não for ético é o que está errado e ponto final. Sr. Airton Pissetti, Secretário da Comunicação, aguarde! Aqui na Assembléia se legisla e se fiscaliza. De nosso ângulo não se subordina e não se aceita o desrespeito. Infelizmente, está aberto um precedente e o senhor é o culpado por esse estado de coisas.

Era isso que tinha a falar!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Justus; Deputado Ribas Carli; Deputado Professor Luizão; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores da imprensa; servidores e servidoras da área da saúde, sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para registrar que está circulando o jornal “Pressão Alta”, boletim informativo do SindSaúde do Paraná e aqui a manchete diz que apesar do caos na saúde, a prioridade de Cláudio Xavier é penalizar os servidores. E depois vem aqui na página 2: *Orientações sobre ação pela devolução dos descontos e anulação das faltas dos servidores da área de saúde*. Uma outra manchete: *Depoimentos revelam despreparo das chefias e servidores da saúde mostram que a categoria é de luta* é outra chamada aqui na página 4.

Sr. Presidente, é quase certo que muitos servidores da área da saúde, nas últimas eleições, votaram para o Requião ser Governador, votaram em Deputados e Deputadas que compõem a outra bancada, que é a bancada do Governo, e é possível até que os Parlamentares da base do Governo tenham recebido no último pleito eleitoral o maior contingente de votos partindo de servidores e servidoras da área da saúde pública.

Analisando a situação dos nossos colegas da Bancada do Governo, fico a imaginar e acredito que esse impasse - que não sei quanto tempo faz, mas que já tem mais de 1 mês que os servidores da saúde têm vindo até esta Casa de Leis na busca de um diálogo, de um entendimento e até agora o que temos visto é que está tudo quase que no ponto zero. Fico imaginando que intimamente os colegas da base do Governo devem até sentir uma certa angústia, porque o seu Secretário da Saúde está criando uma situação de desgaste, sim, para os Deputados da Base do Governo. É lógico, é natural, não tem por que imaginarmos de maneira diferente, em que pese que não estamos em processo eleitoral, não tem nenhuma eleição neste momento para se receber o voto ou não receber o voto dos servidores da área da saúde, mas o que há é uma frustração grande no coração, na alma dos servidores da área da saúde por essa solução que já deveria ter sido resolvida.

Meu Deus do céu, é uma coisa tão simples! Mas, isso é fruto do autoritarismo do Secretário da Saúde, que se julga o dono do cargo.

Está aí, Sr. Presidente, um problema que já poderia ter sido resolvido, nobre Deputado Dobrandino - por quem tenho o maior respeito - já poderia ter sido resolvido na primeira vez que eles vieram aqui tentando uma audiência para acabar com esse desconto de quem não está cumprindo jornada de trabalho de 40 horas.

Hoje eu vou apresentar um requerimento. Somos da Oposição, somos a minoria, a Bancada do Governo, nós temos que respeitar, faz parte do processo do jogo democrático, do jogo parlamentar, tem maior número para derrotar todos os requerimentos que apresentarmos aqui.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Mas, mesmo assim, vamos continuar insistindo. E hoje conversei com o meu Líder, Valdir Rossoni, e ele achou muito viável o procedimento que vamos ter na Sessão de hoje: vamos entrar com um requerimento. Um requerimento que não vai matar ninguém, não vai machucar ninguém, um requerimento convidando o Secretário da Saúde, Cláudio Xavier, para que venha até esta Casa, que é a Casa do Povo, e venha olho a olho, frente a frente, venha discutir com os Deputados, com as Deputadas, com a direção, com a diretoria do SindSaúde, venha discutir com os servidores e as servidoras, para encontrarmos, em conjunto, uma solução para acabar com esse

desconto que só vai levar a um desgaste cada vez maior a Bancada Governista. E o que querem os servidores é o fim do desconto. E o Secretário vindo a esta Casa, eu não tenho dúvidas que, se ele tiver boa vontade, vai sair daqui abraçado, cumprimentado, festejado, vai sair todo mundo alegre. Mas, se houver aquela velha imposição da bancada majoritária de rejeitar o requerimento para que o Secretário não venha, nós vamos continuar, com certeza, recebendo esses verdadeiros guerreiros e guerreiras que não se entregam, não desanimam, não estão dispostos a perder a batalha. E ainda hoje, no plenarinho aqui da Assembléia, ficou estabelecido que a luta vai continuar. E agora o mais grave: poderá começar a ocorrer greve, paralisação em vários setores da saúde. Já foi usada até a Polícia Militar contra uma servidora e isso não pode acontecer.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Belinati, quero parabenizar V. Exa. por ter, desde a primeira vez em que o pessoal da área da saúde compareceu à Assembléia tentando um diálogo com o Governo do Estado e com a Secretaria de Saúde, se manifestado, em todos os momentos, favorável aos servidores. Quero parabenizá-lo, então, por essa iniciativa de convidar e tenho certeza que a Bancada do Governo vai aprovar esse seu requerimento. Eu, já de antemão, digo que vou votar favorável ao seu requerimento para que realmente o Secretário venha aqui. E aqui nesta Casa, como V. Exa. falou que é a Casa do Povo, possa discutir abertamente, de forma transparente, a ação para resolver o problema dos servidores públicos da saúde. Então, parabéns mais uma vez pela sua iniciativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Então, Sr. Presidente, o que nós queremos com o requerimento é o diálogo. Para que usar a Polícia para bater na Elaine, da diretoria do SindSaúde, meu Deus do céu? Vamos conversar, vamos dialogar! E para terminar, Presidente Nelson Justus, eu queria aqui, acho que aqui todo mundo sabe o que é Organização Mundial de Saúde, se não sabe tem que procurar saber o que é: Organização Mundial de Saúde é a maior entidade do planeta Terra que rege tudo o que diz respeito à área de saúde no mundo inteiro. Agora, não é a palavra de um Deputado, de Deputada ou do SindSaúde. A Organização Mundial de Saúde estabeleceu como norma, como regra todo o planeta Terra, que a jornada de trabalho, para o bem dos servidores da área de saúde - não é opinião da Assembléia Legislativa, não, não é opinião da Bancada de Oposição - a Organização Mundial de Saúde, a maior entidade do planeta da área de saúde, estabeleceu que para o bom desempenho, desempenho cada vez mais satisfatório para o bom rendimento do trabalho do pessoal da área de saúde e para o benefício do próprio paciente - notem bem, decisão da Organização Mundial

de Saúde - que para o bom rendimento, é bom para quem trabalha na área de saúde e é bom também para o paciente, que a jornada de trabalho seja exatamente de 30 horas, como a categoria está reivindicando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Deputados servidores da saúde que nos visitam. Apenas tomo a palavra para prestar contas da reunião que fizemos hoje pela manhã na Assembléia Legislativa, onde se discutiu a questão do crédito de carbono, do emergente mercado de crédito de carbono, com a presença do Dr. Jean Marie, um professor, advogado belga, uma das maiores autoridades em créditos de carbono do nosso mundo e trouxe aos Deputados e à sociedade paranaense esclarecimentos e luz sobre esta questão. Uma iniciativa da Mesa Diretora, através da Assembléia Legislativa, através do Presidente Nelson Justus, com a colaboração da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, da qual faz parte a Deputada Rosane Ferreira, os Deputados Osmar Bertoldi, Luiz Fernandes Litro, Elton Welter, Cleiton Kielese, Reni Pereira e os suplentes Nereu Moura, Antonio Belinati, Plauto Miró, Francisco Bühner, Pedro Ivo, Dobrandino e Fernando Carli Filho.

Quero agradecer, Sr. Presidente, em nome da Comissão de Meio Ambiente a esses Deputados e a presença aqui entre nós de um número expressivo de Deputados que, apesar da grande discussão que a Casa fazia a respeito da Emenda 3, uma excrescência que o Congresso Nacional, me permitam dizer, produziu, e que agora os trabalhadores brasileiros estão tendo que reverter, mas além de alguns Deputados estarem nessa condição de acompanharem os trabalhadores que aqui estavam reunidos na Assembléia, tivemos um número expressivo de Parlamentares aqui entre nós, o que atesta, Sr. Presidente, que este tema é de extraordinária preocupação e importância e eu gostaria de já me adiantando dizer a V. Exa. e também aos demais Deputados, que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, como conversava há pouco com a Deputada Rosane, irá propor que a nossa Assembléia Legislativa faça um estudo quantificando as suas emissões de gases estufa, de gás carbônico.

Todos os Parlamentares têm o seu carro, o carro do assessor, é o papel que ele gasta, o clipe, enfim, as suas viagens, e isso significa, sem dúvida nenhuma, um gasto e uma emissão que podemos, com a cabeça no lugar e com uma contabilidade, até aritmética, podemos empatar com o plantio de árvores e outras atividades que sejam saudáveis e salubres.

Podemos, Presidente, e este é o desafio que gostaria de colocar à nossa Assembléia Legislativa e ao Paraná, nos tornarmos o primeiro Parlamento carbono-neutro do país, talvez um exemplo para ser seguido pelas demais Assembléias Legislativas do Brasil e também pelas nossas Câmaras, país afora.

Nossa Assembléia já aprovou uma lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, estendendo ao nosso Parlamento e também a todos os órgãos públicos, a neutralização dessas emissões e eu acho que é possível e é preciso nós tomarmos esta dianteira, na inspiração da lei do Deputado Osmar Bertoldi, e fazemos aqui a neutralização que eu acredito que seja possível, do carbono emitido aqui por nós.

Sr. Presidente, também gostaria de dizer que nos visitam hoje o Presidente da União Paranaense dos Estudantes, o Arilton Freres, Presidente da UPE, que vai expor aqui a necessidade e a organização do Congresso da UPE para todos os nossos nobres Pares. Também a estudante Sara, secundarista e Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, a nossa querida e memorável UPES, acompanha também os 2 Presidentes a Brisa, que é Tesoureira da União dos Estudantes.

Era isso, Sr. Presidente. Quero agradecer e agradecer, mais uma vez, a sua iniciativa que apenas coroou de êxito, nesta manhã de hoje, a Assembléia Legislativa do Paraná.

Obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, uma das poucas mulheres que representam este Poder. Está hoje numa conferência de mulheres, no sudoeste do Paraná, representando esta Casa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Requerimento do Deputado Luiz Eduardo Cheida, fará uso da palavra, por 15 minutos, o Presidente da União Paranaense dos Estudantes, a UPE, o Sr. Arilton Cândido Freres.

Sr. Arilton Cândido Freres - Presidente da UPE

O SR. ARILTON CÂNDIDO FRERES

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer por esta oportunidade, agradecer ao Deputado Luiz Eduardo Cheida, que prontamente nos atendeu ao solicitarmos este espaço para que pudéssemos estar hoje aqui, neste espaço que é o Parlamento, que representa o povo. Nada mais justo que nós, do movimento estudantil, pudéssemos utilizar este espaço para bater um papo com os Deputados e através daqui falar

um pouco da luta e das batalhas que o movimento estudantil vem travando, e das agentes que o movimento vai ter, especialmente o nosso 41º Congresso.

Quero cumprimentar também os trabalhadores da área da saúde que estão aqui presentes e outros companheiros do movimento estudantil que também prestigiam este espaço.

A UPE, nesta Casa de Leis, boa parte dos Deputados que aqui se encontram conhecem o movimento estudantil, conhecem, já participaram, já tiveram sua passagem pelo centro acadêmico, pelo DCE, pelos grêmios estudantis, pela UPES, pelas entidades municipais dos estudantes secundaristas e forjaram neste espaço do movimento estudantil uma formação política que muitas vezes é utilizada no nosso dia-a-dia, na vida, na atuação política.

A UPE, fundada em 1939, vem travando essa luta em defesa dos interesses dos estudantes e também em defesa do povo brasileiro e do povo paranaense. Ao longo da nossa história, tivemos batalhas como a luta contra o nazi-fascismo, a luta pela democracia. É interessante, inclusive, aproveitar esta oportunidade para convidar os Deputados para conhecerem a exposição que estamos fazendo no bloco de Exatas da PUC, com fotos da história do movimento estudantil, do projeto memória do movimento estudantil. Quero deixar, aqui, inclusive um convite a todos que quiserem participar, tiverem oportunidade de visitar uma exposição bastante interessante, que toca muito a história do movimento estudantil.

Tivemos grande participação nas lutas pela democracia, redemocratização do nosso país nos anos 80, “Fora, Collor”, as lutas contra o neoliberalismo e veio até os momentos dos dias de hoje. É claro que muitas vezes o movimento estudantil é ondulatório, tem momentos que ele tem um papel mais de mobilização de massas, há momentos de maior organização interna. Enfim, o princípio do movimento estudantil sempre é a luta pelos direitos do povo, pela defesa da democracia e pela construção de um país soberano. Aqui no Paraná, a UPE teve grande participação nas grandes batalhas que tiveram no nosso estado. Recordava aqui, conversando antes de falar na tribuna, da nossa luta contra a venda da COPEL. Lembro que estava na manifestação, participei, aqui e, nós com cerca de 4 mil estudantes acabamos ocupando este plenário, em uma manifestação pacífica, onde colocamos a nossa indignação e a nossa defesa por aquela empresa pública e que hoje vem demonstrando que a nossa opinião, que não era só dos estudantes, era da maior parcela da população paranaense que queria a defesa daquela empresa, que é uma empresa pública, uma empresa que é o orgulho para o povo paranaense e sabemos que ela tem muito a contribuir na construção e no fortalecimento do nosso estado e do nosso país.

Acho que o movimento estudantil sempre foi um espaço de expressão dos anseios populares do povo. A nossa luta pela educação hoje travada, especialmente no debate da questão da reforma universitária que tramita no

Congresso Nacional, a nossa luta para que haja uma regulamentação do ensino pago, porque não dá para admitir que universidades pagas comecem a funcionar como se abre um supermercado, como se abre qualquer outro estabelecimento comercial. Educação não pode ser tratada como mercadoria, mas sim como um bem que deve ser, se não toda pública, controlada pelo poder público.

Essa é uma luta dos estudantes, porque os aumentos abusivos de mensalidades são cada vez mais frequentes, cada vez mais abusivos e nós, do movimento estudantil, temos que todos os dias estar organizados na resistência contra os aumentos abusivos de mensalidades e a baixa qualidade de ensino, que muitas vezes é implementada de forma bastante acelerada nessas instituições de ensino superior privadas. Nas públicas, na luta da reforma universitária, também o Paraná tem grande papel. A UPE tem pressionado sistematicamente o Congresso Nacional para que haja um maior aprofundamento na defesa das universidades estaduais. O Paraná tem uma grande rede de universidades estaduais, que passam por muitas dificuldades e a reforma universitária tem que apontar para que o governo federal, veja que existe uma rede de universidades estaduais pelo país, especialmente aqui no Paraná, e é necessário que haja um investimento e um tratamento adequado.

Não dá para se tratar as universidades estaduais da mesma forma que se trata as universidades federais, porque existem características muito particulares nas universidades estaduais. E aqui no Paraná, a luta pelas universidades estaduais é bastante grande. Sabemos que as universidades estaduais sofreram um processo numa lógica neoliberal, lembro que em 2001 tivemos batalhas contra projetos de lei que tramitaram nesta Casa, inclusive indicando a cobrança de mensalidades nas universidades estaduais, e nós resistimos. Resistimos muito, fizemos grandes manifestações e chegamos no espaço de um governo democrático, onde temos tido espaço para diálogo para discutir os problemas das universidades estaduais.

Foi assim no primeiro Governo do Governador Requião, na pessoa do Secretário Aldair Rizzi. Debates muito, apresentamos os anseios do movimento estudantil. Apresentamos os nossos interesses, a universidade que nós queremos, mas ainda encontramos muitas dificuldades nas universidades estaduais. Recentemente o pessoal da UNIOESTE de Foz de Iguaçu fez manifestação na segunda-feira, porque estão faltando professores e têm professores das universidades estaduais concursados que não foram contratados. Estamos aguardando uma reunião com a Secretaria da Ciência e Tecnologia. Protocolamos o pedido de audiência no mês de março, para que possamos fazer um debate franco para encontrar uma solução para os graves problemas que ainda estão sendo vividos nas universidades estaduais.

É inegável que houve avanços, mas é preciso apontarmos para muito mais, para que possamos chegar na universidade que nós queremos. Gostaria de apresentar

um convite aos Deputados e à população paranaense, para participar do nosso 41º Congresso da UPE, que vai acontecer nos dias 7 a 9 de junho próximo e temos como objetivo central debater essas pautas que eu apresentei aqui. É claro que o movimento estudantil não debate só as questões da educação. Por isso, é importante apontar que queremos debater muito mais, a questão do software livre, a questão do meio ambiente, a questão de um projeto de nação que a UNE e a UPE vêm discutindo há algum tempo. É necessário que se tenha um projeto de país, um projeto de país que queremos para daqui a 20, 30 anos. É necessário construir um projeto de país e esses temas também estarão sendo debatidos no 41º Congresso da UPE. Deixo o convite para participarem desse Congresso que vai acontecer em Jacarezinho e espero contar com a participação dos Srs. Deputados.

Deixo um abraço a todos os Deputados, ao povo paranaense, já que esta Casa é um espaço onde tem representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e gostaria de ter uma grande participação dos Srs. Deputados nesse 41º Congresso da UPE, em Jacarezinho, onde vamos reunir algo em torno de 700 a 1000 estudantes paranaenses para debater o rumo nos próximos 2 anos, da nossa entidade estudantil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Márcio Rodrigues, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, por 15 minutos.

Sr. Márcio Rodrigues - Sindicato dos Jornalistas

O SR. MÁRCIO RODRIGUES

Obrigado pelo espaço, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

(Lê):

“É com muita honra que o sindicato dos Jornalistas profissionais do Paraná volta a ocupar esta tribuna popular, a qual deveria também receber todo o tipo de manifestações das diversas tendências e vertentes do pensamento paranaense e brasileiro. Afinal, é numa Casa Legislativa plural que iremos construir um país mais digno e leal, que preserve os valores morais que podem fazer desse país um lugar mais digno.

Mas se hoje aqui estamos, como representantes dos jornalistas do Paraná, estamos também como representantes da classe trabalhadora, que não é apenas um acessório como muitos veículos de comunicação fazem crer, com sua linha editorial que prioriza os lances da economia, mas esquece que cada produto ou bem advém da mais valia de muitos trabalhadores.

Mas o assunto aqui é outro. Hoje viemos falar aos Parlamentares paranaenses que nas ruas das principais cidades do estado do Paraná, se reuniram no período da manhã trabalhadores e trabalhadoras que estão reagindo

de uma forma honesta e clara contra um ataque que pode se materializar no momento em que o Congresso Nacional derrubar o veto do Presidente da República à Emenda 3. Esse dispositivo legal, caso seja levado a cabo, pode significar o fim da possibilidade de a sociedade brasileira reagir de forma digna contra o abuso do poder econômico contra um direito adquirido ao longo da história do movimento sindical brasileiro. E é para pedir aos senhores que pressionem os congressistas pela manutenção do veto, que estamos hoje ocupando essa tribuna.

A derrubada do veto pode estimular o crescimento de um tipo de relação de trabalho que não prevê vínculo empregatício. Ou seja, o empresário daria prioridade a contratar a empresa de uma pessoa só. E como empresa perdem-se os benefícios trabalhistas como férias, 13º salário, vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde, aposentadoria, entre outros, pois está previsto com essa emenda que os fiscais não mais poderão intervir nessa relação entre empresas.

O problema é que hoje temos fiscais de menos, mas que ainda cumprem algum tipo de fiscalização. No momento que isso passar às mãos da Justiça, é praticamente impossível de exigir que os já sobrecarregados Juízes trabalhistas ainda tenham que arcar com mais esse ônus.

Se derrubado o veto à Emenda 3, essa ação pode significar o fim dos direitos trabalhistas mais elementares para um grande contingente de brasileiros. Em termos reais, significa que o trabalhador é incentivado a deixar o vínculo normal e hoje temos um contingente de 3,1 milhões de pessoas em todo o Brasil nessa situação. Esse é um contingente que tende a crescer ainda mais com a derrubada do veto à Emenda 3, pois as empresas de grande porte, e principalmente da área da comunicação, já praticam o espúrio sistema de só contratar profissionais de altos salários como pessoas jurídicas prestadoras de serviço, embora haja um claro vínculo empregatício. Isso é o que chamamos pejotização.

E o lado mais perverso, em termos de estado, é a burla à arrecadação a partir desse dispositivo escuso. Bilhões de reais deixarão de entrar nos cofres da Previdência Social, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outros dispositivos. Além desse ataque aos cofres públicos, pois na prática acataria a falcaturia sistematizada pela pejotização, corremos o risco de, em breve, perdermos vínculos formais de trabalho, chegando ao absurdo de exigirmos até mesmo de empregadas domésticas que abram sua empresa para poder arrumar emprego, pois, do contrário, nenhum patrão a contrataria.

Depois dessa breve explanação, vou ler agora a carta elaborada pelos jornalistas, por meio da sua federação nacional e com o respaldo e participação do sindicato que ora represento. Essa carta é endereçada a todos os Deputados do Brasil, sejam eles Federais ou Estaduais, assim como aos Senadores da República para que mantenham o veto à Emenda 3.

“Exmo. Sr(a). Deputado(a).

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná apela à consciência da V. Exa. para que apóie a luta pela manutenção do veto à famigerada Emenda 3.

Se a carga tributária pesa no bolso dos empreendedores e se o país precisa de reformas, manda a dignidade da política que tudo se faça às claras. Percorrer os caminhos do casuísmo, patrocinado por empresários intencionados em sonegar, não nos parece ser o caminho digno para Parlamentares que honram seus mandatos e defendem o interesse nacional.

A Emenda 3 enoja o cidadão consciente da devastação que a cultura de sonegar causa à nação brasileira. A derrubada do veto à Emenda 3 criaria um ambiente de precarização total das relações de trabalho, jogando para a Justiça uma demanda infinitamente maior do que suas condições operacionais.

Os defensores da Emenda 3 pressupõem, cinicamente, que os Juizes do Trabalho têm condições de fiscalizar *in loco* cada ato de sonegação fiscal no Brasil.

Juiz não é fiscal. No estado democrático, o Legislativo aprova as leis e o Executivo não apenas as cumpre, mas também fiscaliza o seu cumprimento, cabendo ao Judiciário resolver os conflitos que lhe são submetidos. Dar salvo-conduto à desobediência enfraquece a legislação brasileira, elaborada pelo próprio Congresso.

Os sindicatos sempre tiveram nos fiscais do INSS e da receita aliados importantes no combate à esperteza. Ela se generalizou de tal forma que hoje há redações inteiras formadas por jornalistas sem vínculo empregatício. São trabalhadores que, apesar de cumprirem horários e obedecerem aos seus chefes como quaisquer outros, não têm respeitados direitos básicos como FGTS, férias, 13º, auxílio-transporte e até - pasme V. Exa.! - a licença maternidade. Pode o Congresso Nacional alimentar tal deformidade?

V. Exa. concordará certamente que não fica bem à Casa do Povo subtrair, na surdina, direitos conquistados há mais de meio século, servindo de instrumento para a sanha de empresários que só querem cumprir as leis que lhes convêm. A impunidade, pântano no qual navega a Emenda 3, está na raiz da insegurança e da violência, que tanto inquietam a sociedade brasileira. No confronto entre a ordem e a desordem, derrubar o veto à Emenda 3 seria botar lenha na fogueira da malandragem.

Os trabalhadores brasileiros contam com a consciência cívica de V. Exa. e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná vem pedir seu apoio para o Dia Nacional de Lutas contra a emenda, programado para hoje, por entidades e centrais sindicais. Manifeste-se contra a sonegação, em defesa dos trabalhadores, da Previdência Social e do Tesouro Nacional!

Sindicato dos Jornalistas do Paraná"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Dobrandino da Silva
(PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não estava inscrito, não havia previsto subir a esta tribuna, mas em função do discurso do Deputado Marcelo Rangel, a quem quero responder, achei melhor subir a esta tribuna.

V. Exas., Deputados mais antigos da Casa, que conhecem parte da minha trajetória e sabem da minha postura, ética e responsabilidade que temos, como devem ter todos os Deputados. Eu estive há poucos dias na Comissão de Comunicação, da qual o Presidente é o Deputado Marcelo Rangel, e já tive uma desavença que me deixou triste. Depois que combinamos, nesta sala ao lado, de fazer um convite proposto por ele para o Secretário, eu disse vamos fazer. Depois que saí da sala, fiquei sabendo por um Deputado aqui na tribuna, que tinha sido convocado o Secretário da Comunicação.

Eu usei a tribuna e não concordei, discordei veementemente com a forma como se portou o Presidente da Comissão. Pois bem, hoje, novamente. Então, quero me dirigir ao Deputado Marcelo Rangel, que imagino V. Exa. tenha um futuro, um Deputado novo, brilhante, V. Exa. tem que apreender muito, ainda, nesta Casa. E os Deputados de Oposição que me conhecem e sabem do respeito que tive e tenho pela Oposição e sempre disse e vou continuar dizendo: é importante em qualquer Governo, num regime democrático, o equilíbrio de forças. A Oposição tem um papel importantíssimo, por isso sempre respeitei os Deputados que fazem oposição ao Governo, e eles também nos respeitavam quando eram Governo e nós éramos Oposição. Quero dizer a V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, imagino que V. Exa. nem tinha nascido ainda e eu estava na rua, na época da ditadura, brigando pela liberdade e pelo direito de se pronunciar, como V. Exa. está fazendo, só que com uma diferença muito grande, Deputado Marcelo Rangel: eu nunca fiz discurso para ser holofote de imprensa. A minha posição é por um ideal. Eu sempre tive ideal.

Na época da ditadura, eu estava na rua e, por muitas vezes, fui chamado na Polícia Federal para dar explicação, lá no batalhão, no F2, como é que chama? O FNI. Por muitas vezes, fui chamado para dar explicação sobre os meus pronunciamentos na Câmara. Graças a Deus, nunca fui preso e nunca tive medo de imprensa, nem da vaia de quem quer que seja, porque eu falo das minhas convicções e assim vai ser enquanto eu tiver forças e puder lutar.

Estou no meu 7º mandato, de Vereador, de Prefeito, de Deputado. Disputei 7 vezes, nunca perdi uma eleição, mas nunca precisei vender a alma para ninguém para aparecer um discurso para me eleger Deputado. Por isso venho de cabeça erguida a esta Casa falar que, hoje, discordo quando V. Exa. traz lá da comissão, e vou dizer mais, não me convide mais nenhuma vez para a sua comissão, enquanto estiver brandindo, porque não comparecerei. Traz de lá para o Plenário. Isso é falta de ética de um Parlamentar! Só porque tem galerias para ouvir. São bem-vindas as galerias e muito bem-vindas. Quero falar, depois, do problema da saúde.

Não posso conceber e não admito, de forma nenhuma, que eu tenha que levar lição do Deputado Marcelo Rangel. Dizia ainda há pouco, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Elio Rusch, que são Deputados experientes nesta Casa, conhecem bem esta Casa, dizia ainda há pouco, Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Rangel: “não quero mais que o Secretário venha a esta Casa! Não convido mais!” Quem é você, Deputado Marcelo Rangel? Nós da comissão convidaremos e ele vem, queira V. Exa. ou não. V. Exa. não é absoluto nesta Casa! V. Exa. é mais um nesta trincheira de 54 Deputados! Eu louvo a Ponta Grossa por ter um Deputado combativo, mas siga os trâmites legais. V. Exa. não pode pensar que é absoluto, quer dizer, só V. Exa. resolve, não precisa vir o Pissetti, então o Pissetti não vem mais! Não é dessa forma, Deputado! Aprenda um pouco, com humildade, Deputado Marcelo Rangel!

Uma das grandes virtudes de um homem público, Deputado Elio Rusch, é o Deputado ter um pouco de humildade. Será que V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, manda nesta Casa e os outros 53 têm que concordar com o que V. Exa. fala? Por isso, eu disse a V. Exa. que devemos ter conhecimento de como é que funciona o Congresso Nacional, as Câmaras de Vereadores, as Assembléias. Somos nós, o conjunto dos Deputados.

Outra coisa: V. Exa. tem que respeitar o direito da maioria. Onde é que está a democracia? Nós respeitamos o direito da minoria, mas a minoria tem que respeitar o direito da maioria. Isso que é democracia! Nós também queremos fiscalizar, Deputado Valdir Rossoni. V. Exa. tem todo direito, na verdade, de fazer oposições, de fazer denúncias, de fazer as suas críticas, mas nós do Governo também temos a obrigação de filtrar tudo isso e fazer o nosso papel de Deputado da Base do Governo. V. Exas. faziam isso, na época, e faziam muito bem feito.

Tenho que dizer que não posso admitir que V. Exa., Deputado Marcelo Rangel, um Deputado que chegou agora, queira dar ordens a nós. Eu não preciso de ordem de ninguém nesta Casa. Graças a Deus, sempre estive de cabeça erguida, cumprindo todas as minhas funções. Como já disse, em todas as minhas eleições fui eleito, graças a Deus, não conheço nenhuma derrota.

Não preciso e não admito lição de ninguém desta Casa. Respeito muito V. Exa., mas V. Exa. respeite a nossa conduta. Aqui tem um Regimento Interno. Ou será que V. Exa. vai mudar agora? V. Exa. mude o regimento, aí, sim, nós obedeceremos.

Quero dizer que não é por aí o caminho, Deputado Marcelo Rangel. Vossa Exa. está no caminho errado da forma como está agindo. Louvo a sua disposição e vontade de trabalhar, mas por favor, nos atropelar e ignorar, não admito que alguém venha dirigir como eu tenho que me conduzir nesta Casa. Sigo conselhos muitas vezes de pessoas experientes, tenho humildade para isso. Desculpe-me, mas não concordo com a forma que V. Exa. está agindo, nessa comissão. Ele virá, sim, se nós quisermos, mas não porque V. Exa. quer ou não. Nesse aspecto,

V. Exa. está errado. Quero lhe pedir desculpas da minha franqueza no meu pronunciamento. V. Exa., como eu disse, é novo, está entrando, com muita vontade de trabalhar, é bom isso, no que respeitamos demais. Desculpe o meu desabafo. Nessa altura da caminhada da minha vida, politicamente, enfrentei como disse, a ditadura militar, por muitas vezes, por ideal e não é agora que vou mudar a minha conduta.

Quero falar agora sobre o problema de saúde, que ninguém falou até agora. Só ouço a Oposição falar e, é claro, está no seu papel. Ouvi com muita atenção, Sr. Presidente, quando o Deputado Antonio Belinati disse que vai fazer um requerimento, para que o Secretário da Saúde venha a esta Casa. Assino, favoravelmente. Mas lhe pergunto, Belinati: será que a vinda do Secretário, nesta Casa, resolve o problema da saúde, das 30 horas? Eu lhe pergunto Antonio Belinati - não estou vendo o Belinati aqui na Casa, não sei se está presente. Será que quando ele era Prefeito de Londrina, várias vezes, o seu Secretário da Saúde mandava no aumento de salário, no horário que tinha que ser feito, ou era ele, o Prefeito? V. Exas. não entenderam o que estou falando.

A maioria sabe, aqui, da minha luta para atender as reivindicações do nosso funcionário da saúde. Por muitas vezes, na Liderança do Governo, quando eu era líder do Governo, fui falar com o Governador - continuo conversando com ele, para acabar com esse impasse. Mas não é à vontade do Secretário da Saúde - ele também quer que se façam as 30 horas.

(Manifestação nas galerias)

É verdade! Podem contestar como vocês quiserem! Conheço o Secretário e falo com ele.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero solicitar à nossa distinta platéia, que já é da Casa também, que por favor não se manifestem. São sempre bem-vindos, mas não vamos atrapalhar a oração do Deputado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Todos, sem exceção, sabem do que estou falando, que isso é um problema de Governo. O Governo não é só a Secretaria da Saúde, tem várias secretarias. Para fazer isso, acho que o Governo está estudando uma forma de atendê-lo. Vou dizer mais uma vez que não é culpa do Secretário da Saúde. Acho que ele deveria ter saído da secretaria, em função do que ele está passando hoje. Ele está levando a pecha e sendo massacrado por um problema que não é culpa dele. Isso é uma discussão e uma decisão de Governo e não do Secretário. Quero me dirigir ao Belinati - duvido que quando ele era Prefeito, se o seu Secretário decidia sem a sua ordem, um problema como esse.

Quero ser bem claro a todos vocês, que estão corretos, têm que persistir na luta. Nós, Deputados, temos que ter um entendimento com o Governo, convencer o Governador, para que atenda as reclamações da saúde. O

Secretário não tem culpa nenhuma. Não vim aqui defendê-lo, mas vim dizer que ele está sendo massacrado injustamente. Por isso, ele deveria ter saído da Secretaria. Defendo isso. Quem sabe daqui a pouco entra alguém que tenha mais diálogo, mas quem tem que decidir é o Governo do Estado e não a Secretaria da Saúde. Por isso, não posso ser omissos, sabendo da consciência que tenho de ficar calado diante dessa cobrança do Secretário. Vamos ter diálogo com o Governo. Quem tem que resolver é o Governo do Estado e não a Secretaria da Saúde.

Portanto, quero dizer a vocês, e ao Deputado Marcelo Rangel: Não vim aqui defender o Pissetti. Vim defender e falar sobre a condução do processo que está sendo travado, do Sr. Pissetti na Assembléia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente o que falou aqui o Deputado Dobrandino.

E, longe de nós Deputados, pedir a demissão deste ou daquele Secretário. Acho que quem nomeia é que demite. Quando o Governador ganha a eleição, junto com a eleição ele ganha a prerrogativa de nomear a sua equipe, porque isto é direito democrático, é da Constituição.

Mas, Deputado Dobrandino, ouvi atentamente o menino da UPE que estava falando aqui, e eu venho do movimento estudantil, aliás, da gloriosa UPE também, quando o falecido José Richa, de saudosa memória, nos devolveu a sede da UPE, Deputado Waldyr Pugliesi. Lembro-me quando ocupamos o prédio da reitoria e era o regime recessão, na época da ditadura. Mesmo assim, naquele momento, teve diálogo. Acabamos desocupando o prédio da reitoria naquela época.

Em 1981, aqui na frente do Palácio, no movimento dos professores e alunos de todo o Paraná também houve uma intransigência e depois, Presidente, acabamos por entrar num entendimento.

Quero, ao cumprimentar aqui os funcionários da saúde, dizer o seguinte: não quero receber aplausos, porque aplausos e vaias dependem muito de como as coisas vão e vêm. Mas, apenas dizer o seguinte: esses dias quando os senhores e as senhoras estiveram aqui, eu disse que não ia nem usar o tempo que me era dado, que era de 10 minutos. Iria falar bem pouquinho para dizer o seguinte: apresentamos um projeto aqui, junto com o Deputado Tadeu Veneri, aliás, ele é o autor, apenas assinamos, para tentar resolver essa situação, mas, vejo o seguinte: que aqui tem pessoas que têm uma história e uma tradição de lutas tão grande, como é o caso do Depu-

tado Dobrandino. Não quero ser aplaudido, mas pergunto: será que não é possível marcar uma audiência com o Governador que está em exercício? Junto com o Secretário, para dialogar com os funcionários, para haver uma alternativa de solução?

Será que vamos continuar esperando os funcionários, virem aqui para dizer que desta vez não houve só o desconto? Daí agrediram um funcionária e começa a se formar uma questão que foge ao controle racional das pessoas, porque todo mundo é ser humano; todo mundo sente na alma o que se passa com a gente! Todo mundo tem família, dignidade, uma carreira profissional. Será que não é possível fazer um entendimento com relação à questão da saúde? Não vou falar em demitir o Secretário da Saúde, mas será que ele não consegue falar pela pasta que dirige? Será que o Governador em exercício pode falar?

Acho, Deputado Anibelli, V. Exa. que tem história no nosso Paraná, seu pai, honrosamente, foi Deputado, assumiu o Governo do Estado, pessoas que têm um caminho e é por isso que sempre procuro, ao me referir às pessoas, saber de onde vieram. Nós passamos, às vezes, 4 ou 8 anos com uma pessoa aqui e não sabemos de onde ela veio. Muita gente percorreu longo e árduo caminho para que chegasse até aqui, mas a luta daqueles que dependem do poder, Deputado Romanelli, V. Exa. que responde pela Liderança do Governo, V. Exa. que tem sido um democrata na condução da Liderança do Governo, será que vamos ter que reapresentar o projeto de 30 horas para daí votar o projeto, para daí dividir a Assembléia e para daí o Governo não concordar com o projeto?

Não! Não é possível que os funcionários da saúde vão continuar nesse périplo pelo Paraná, Deputado Waldyr Pugliesi! Tem que ter uma alternativa de solução, até porque o Governo do Governador Requião, lembro-me e falo isso aqui porque ali daquela galeria cansei de ouvir o Governador Requião desta tribuna e se ele estivesse aqui, podem ter certeza que o discurso seria extremamente radical com relação a essa questão, até porque ele prega isso, ele prega que é preciso ser democrata, é preciso ouvir os mais humildes - e humildes não quer dizer apenas os que têm menos condições financeiras, não - humilde quer dizer aqueles que estão fora da possibilidade de mando do poder e dependem do poder.

Então, faço esse apelo, Deputado Romanelli. Qual é a solução que vamos dar aos companheiros da saúde? O que vamos fazer com os nossos irmãos que trabalham salvando vidas, que não é uma retórica, mas é uma verdade, porque é difícil trabalhar no setor da saúde!

Então, vamos fazer no diálogo ou temos que apresentar o projeto? Aí vão dizer o seguinte, e conversei com o Deputado Tadeu Veneri por várias vezes e ele me dizia o seguinte: temos que trabalhar esse projeto, porque daqui a pouco apresentar esse projeto vai restringir a negociação. Ora, mas se não está tendo negociação, então vamos ter que reapresentar o projeto, para que possa então, quem sabe com o projeto, vir à tona uma discus-

são, uma negociação que possa resolver ou dar caminho aos nossos servidores da saúde.

Sei que muitas vezes, aqui nestas galerias, estiveram muitas pessoas, como professores, trabalhadores, agricultores e este é um espaço democrático. Então, acho que temos que ter, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é o nosso Líder da Oposição, temos que ter um sinal de uma solução para esse problema, porque o que não pode é os funcionários voltarem para casa e saberem que mais uma vez vai ser descontado, que mais uma vez os Deputados vão ter que votar aqui depois para dizer se abona ou não, que não é nem o nosso papel votar se abona ou não, porque é uma medida administrativa do Governo.

Agora, sinceramente, se o Secretário da Saúde não pode coordenar a área da saúde, alguém tem que coordenar, porque vemos todo o dia aqui, além dos problemas da saúde no Paraná, além das questões que são inerentes à questão da saúde que estão deixando muitas pessoas sem ter a mínima condição de atendimento no estado, o que é verdade, porque a saúde pública hoje é uma questão muito complicada. Se do ponto de vista dos programas da saúde não é possível fazer muita coisa, agora se não contar com o trabalho dos funcionários públicos que atuam na área da saúde, então será o caos e vamos esperar o caos para tomar uma posição?

Não é possível! Temos que tratar democraticamente isso, mas tem que ter resultado! Então, faço este apelo à Liderança do Governo: marque uma audiência com o Governador em exercício, Orlando Pessutti. Leve uma comissão para conversar, chame o Secretário, veja o que ele pode fazer. Liguem para o Governador, não sei aonde ele está neste momento, se é possível ligar para ele agora ou se é hora de dormir. Enfim é preciso fazer alguma coisa.

Era isso que eu tinha para falar, Sr. Presidente. Agradeço esta oportunidade. É um desabafo, porque, Deputado Anibelli, não é questão de receber apoio desse ou daquele, estamos tendo um problema e esse problema vem se arrastando, está chegando aqui a toda semana. Não é possível permanecermos incólumes diante de uma situação como essa. É preciso ter ação. O que nos diferencia como entes públicos e principalmente como representante da população é ter ação. Precisamos agir, porque estamos aqui para intermediar as relações da sociedade. Então é preciso tratar a saúde com o respeito que a saúde merece.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Esta presidência lembra as V. Exas., apenas que após a Sessão de hoje anteciparemos a Sessão de quinta-feira, de amanhã. Portanto, teremos além da Sessão de

hoje, a Sessão Ordinária de quinta-feira tão logo termine esta Sessão Ordinária.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores da saúde.

Talvez, o Líder da Oposição poderia fazer aqui um pronunciamento e receber, aqui, alguns minutos de aplausos, mas vou preferir seguir um outro caminho, trabalhar com a realidade, trabalhar com a verdade. Não vamos nos enganar. Ouvi há pouco o pronunciamento do Deputado Augustinho Zucchi, onde ele faz uma proposta, Deputada Rosane, V. Exa. que representa a mulher aqui nesta Casa, faz uma proposta que o Governador de plantão hoje, no Palácio Iguaçu, o nosso querido Governador e que nós chamávamos carinhosamente e respeitosamente, aqui, de “Pessutão”, é um homem de um coração maior que o corpo dele. Mas, não vamos trabalhar com o coração do Pessutti, que hoje é o Governador de plantão.

Vou contar aqui a realidade e V. Exas. irão verificar que estou constatando aqui, a realidade, que vivemos no Paraná. No coração do Pessutti estariam neste momento os senhores e as senhoras do Sindicato dos Servidores de Saúde, já estariam sendo recebidos no Palácio Iguaçu, mas o nosso Governo do Paraná, dos paranaenses, não age e não governa com a autoridade de governante, ele governa pelo temor. Por esta razão, Deputados que me ouvem neste momento, quero fazer aqui um compromisso com esta Casa, só para provar que talvez esteja redondamente enganado.

Quero aqui fazer a seguinte proposta para mostrar que o Governador Requião governa este Estado pelo temor. Duvido! Duvido, que o coração e a bondade do Vice-Governador deste estado tenha a coragem de receber e tomar uma medida a favor dos servidores que estão aqui presentes. Duvido! Duvido! Porque não é pelo respeito que ele age, ele age pelo temor do Governador, ele tem medo do Governador.

Quero fazer uma proposta ao Líder do Governo: entrarei neste Plenário 30 sessões de joelhos, da porta até a minha cadeira se o Vice-Governador tomar uma medida a favor dos servidores públicos, porque ele tem medo do Governador. E sejam que o que estou falando aqui é de um adversário político, do Pessutão, Deputado Estadual, Vice-Governador, que goza da minha simpatia, do meu respeito e da minha admiração, mas infelizmente é tomado pelo medo.

Ora, senhores servidores, não se enganem, a hora em que o Líder do Governo, aqui nesta casa não se movimenta para fazer uma comissão de Parlamentares, para pegar o SindSaúde, atravessar a rua e chegar ao Palácio Iguaçu para fazer uma negociação, o poderoso chefe, que está no Japão, já deu ordem: “Não há conversa. Sigam outro caminho.” Esse caminho não vai encontrar

apoio no Palácio Iguaçu ou se encontrar talvez seja pela provocação que o Líder da Oposição e os Deputados de Oposição estejam fazendo neste momento.

Faço esse desafio porque, talvez pelo sadismo e pelo sarcástico Governador que temos, talvez ele conceda essa reivindicação aos servidores públicos da saúde para me ver entrar de joelhos neste plenário por 30 dias. Mas, quero sim, entro aqui, Sr. Presidente, compromisso afirmado aqui publicamente, se o Vice-Governador tomar uma medida, eu cumprirei essa promessa todos os dias, poderei ser fotografado, filmado e vaiado, mas entrarei aqui, porque é o desafio que faço.

Concedo um aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Rossoni, como o Governo não está mais instalado no Palácio Iguaçu, se não der para dar a solução no Palácio Iguaçu, serve a solução no Palácio das Araucárias, nobre Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ah, é, desculpe. Eu até vi fazendo a mudança. Eu vi esses dias alguns caminhões, até V. Exa. está me recorrendo, alguns caminhões chegando no Palácio das Araucárias, trazendo os móveis novos do Palácio das Araucárias. E coincidentemente uma empresa muito competente que tem aqui no Paraná, que vendeu 20 mil televisores para o Governo do Estado e também vendeu todos os móveis do novo Palácio, a CEQUIPEL, que fabrica móveis no Paraná.

Veja, por isso que o Governador deveria ouvir a voz das ruas, a voz do povo. Se ele não quer ouvir os Deputados de Oposição, teria que ouvir os seus companheiros. Vejam, uma empresa, eu só quero fazer uma pergunta aqui aos senhores e as senhoras: se fôssemos comprar um televisor, aonde iríamos? Nas Casas Bahia ou na, não sei se existe ainda, as Pernambucanas, eu estou meio desatualizado nessa questão. Eu iria comprar os televisores em uma loja dessas. Como é um grande número de televisores, Deputado Belinati, talvez eu fosse em uma indústria, mas, o Governo atual preferiu ir a uma fábrica de móveis em São José dos Pinhais. Essa mesma fábrica de móveis - é um pouco estranho, estamos procurando para ver se achamos uma justificativa - essa mesma fábrica de móveis levou os móveis para o novo Palácio das Araucárias, onde está se instalando hoje, esses dias, o Vice-Governador e o Governador, que volta do Japão esta semana. Talvez, com os móveis novos, com o Palácio novo, o coração do Governador venha cheio de bondade do Japão e tome essa medida para acabar com esse impasse. Mas, não há mais como fazer propostas, senhores servidores, todas as propostas foram feitas.

O dia em que a Deputada Rosane apresentou a emenda ao projeto do Governo, a Deputada Rosane é testemunha, eu não estava no dia aqui para votar, infelizmente, mas nós enfrentamos uma batalha, enfrentamos uma batalha neste plenário porque alegavam que a

emenda da Deputada Rosane era inconstitucional e nós até compreendíamos que era inconstitucional, mas era moral, era uma reivindicação dos servidores. E nós nos somamos à Deputada Rosane, ficamos aqui, batemos o pé, fomos até 8 horas da noite e nada conseguimos.

Então, para que eu não faça aqui nenhuma sugestão, porque eu posso atrapalhar pois sou Líder da Oposição, se eu sugerir que o Governador hoje receba os servidores, certamente eles não vão aceitar, porque foi o Líder da Oposição - certamente se eu pedir aqui que atenda os servidores, não vão atender porque é o Líder da Oposição, mas deixo aqui o meu compromisso - se o Governador, hoje Vice-Governador, Governador em exercício, tomar uma medida, eu vou cumprir a promessa e os servidores da saúde poderão vir aqui acompanhar, porque ele não tem coragem de tomar atitude porque o Governador governa, governa pelo temor, pela ameaça, e são poucos os que têm coragem de enfrentar esse homem. Mas haverá de um dia este homem reconhecer que ele tem muitas virtudes, mas tem um grave defeito: ninguém é o dono da verdade e ele se acha o dono da verdade, tudo o que ele diz tem que ser verdade. Por esta razão ele não governa este estado com autoridade, ele governa pelo temor. Por isto, tenho muito pouca expectativa de que os senhores servidores vão conseguir os objetivos que estão há tanto tempo reivindicando.

Coloco aqui o meu desafio. Talvez pelo sadismo do Governador ele queira me ver de joelhos 30 dias entrando neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas, PT...

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Somente para fazer um comunicado a esta Casa: na última sexta-feira nós recebemos aqui a caravana da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa. Vieram o Presidente do SEBRAE, os Deputados que fazem parte da Frente e esta Casa hoje, através da Comissão de Acompanhamento da Reforma Tributária e da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, está propondo que esta Assembléia também se mobilize através de uma Frente Parlamentar em Defesa da Micro Empresa e já tivemos o compromisso hoje do Presidente da União dos Vereadores do Paraná que na próxima quarta-feira se reúnam com V. Exa. e teremos, na próxima quinta-feira, aqui em Curitiba, mais de 400 Vereadores para que não só o estado do Paraná como os municípios do estado do Paraná, até o dia 2 de julho que é quando entra em vigor a Lei Complementar nº 123, que é a nova Lei Geral da Micro empresa, estejamos adequados à legislação federal, tanto o estado, quanto os Municípios. E o Secretário da Fazenda se comprometeu de enviar para esta Casa, ainda esta semana, a nova mensagem adotando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns.

PT. Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Ocupo esta tribuna na data de hoje para falar de uma outra área do Governo, de uma outra Secretaria, para ser mais específico, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na data de ontem, não sei precisar exatamente em que momento o Deputado Valdir Rossoni fez um questionamento ao Líder do Governo sobre 2 ou mais requerimentos que foram firmados aqui, o encaminhamento da Liderança do Governo, sem que necessariamente eles fossem aprovados. Aí, V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, até num tom irônico, questionou que tais requerimentos ainda não haviam sido respondidos.

E é nesta linha de raciocínio que eu quero fazer o registro aqui, Sr. Presidente, e na seqüência até fazer uma questão de ordem sobre uma verdadeira *via crucis* que eu tenho trilhado desde o ano de 2005.

No dia 30 de novembro de 2005, Sr. Presidente, nobres Deputados, fiz um pedido de informações à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto por 7 questões, inclusive tenho até os anexos aqui, caso alguns dos senhores, de V. Exas., desejarem constatar.

No dia 17 de fevereiro de 2006, portanto 49 dias excedentes ao prazo legal que consiste apenas de 30 dias, segundo o artigo 55 da Constituição Estadual, foram respondidos apenas 3 dos 7 questionamentos, restando, portanto 4. O que eu fiz então? Fiz um segundo pedido de informações que foi aprovado por esta Casa, no dia 4 de setembro de 2006, solicitando a resposta, o envio das questões pendentes. No dia 22 de novembro, portanto 48 dias depois do prazo legal que volto a repetir, segundo o artigo 55 da Constituição Estadual deveria ser apenas de 30 dias. E vieram apenas 2 dos 4 questionamentos, portanto sobraram ainda 2 questionamentos: a xerocópia do inventário florestal, através da Procuradoria Geral do Estado, e a xerocópia do processo da área de desapropriação, a área de Almirante Tamandaré. Algumas de V. Exas. se lembram que eu, este Parlamentar, levantou o questionamento sobre a aquisição de uma área aqui na região metropolitana e essa área eu ainda tenho dúvidas com respeito à transação firmada.

Por isso, Sr. Presidente, apenas para refrescar a memória dos nobres Pares, lembrando que esta desapropriação custou aos cofres públicos nada menos, nada mais do que R\$ 8 milhões e 600 mil, para arredondarmos

a conta. Foi dito que se implantaria equipamentos para transformar essa área, que no meu ver foi adquirida a toque de caixa, foi muito rápido o processo. Salvo engano, se gastaria R\$ 1 milhão e 800 mil para adequar a área, transformando num parque, mais R\$ 1 milhão e 900 mil para as devidas reformas. Um setor hípico custou nada menos, nada mais do que R\$ 306 mil, totalizando o valor de R\$ 12.596.729,11!

Portanto, Sr. Presidente, uma vez que já se canta parabéns dos meus requerimentos, já se faz aniversário, porque o início da minha jornada se deu em 2005, no dia 30 de novembro, e até agora ainda faltam informações e esclarecimentos. Se eu seguir essa projeção, me parece que eu terei que ter pelo menos mais 1 ou talvez 2 mandatos para ter a conclusão deste pedido de informações, o que não me parece interessante e nem inteligente.

Então, estou reapresentando, pela 3ª vez, um pedido de informações, já protocolado nesta Casa e peço a compreensão do Líder do Governo que esse pedido de informações, *data vênia* se desta vez for diferente, seja concedido tão rápido como foi a negociação desse parque, dessa área.

E segue a minha questão de ordem, Sr. Presidente, tendo em vista todo esse processo, difícil. Eu havia conversado com o Deputado Hermes Brandão, ainda Presidente desta Assembléia no mandato passado, e tinha feito esse questionamento, essa questão de ordem, e ele solicitou que eu aguardasse mais 15 dias. Lamentavelmente, findou-se o mandato passado e estou apelando a V. Exa., à Mesa Executiva para que, questiono: não caberia, com base no artigo 55 da Constituição Estadual, um processo de crime de responsabilidade, Sr. Presidente, tendo em vista que desde o ano de 2005 eu aguardo as informações completas? Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a responder a questão de ordem de V. Exa. Sem dúvida nenhuma é uma prerrogativa de V. Exa. fazer qualquer tipo de questionamento ou qualquer tipo de pedido de informações, e a Mesa tem, sem dúvida nenhuma, o dever de ir buscá-las com os Secretários ou quem quer que seja. V. Exa. está enviando um novo requerimento, até porque o requerimento foi feito na legislatura passada. Portanto, V. Exa. renova o requerimento e ele tão logo aprovado deverá ser respondido, sim, pelo Secretário da pasta. Não vejo razão para que não o seja.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Então, aguardaremos 30 dias, Sr. Presidente, seria isso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Veja Deputado, a partir do momento que o requerimento for aprovado, temos mais 30 dias. Expedimos e com 72 horas, no máximo, o Secretário já recebe uma cópia dos requerimentos.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Fico agradecido, Sr. Presidente.

Aproveito que ainda tenho pouco mais de 2 minutos para concluir a minha fala e faço, aqui, um apelo ao Líder do Governo e aos demais Parlamentares que compõem a bancada de sustentação do Governo, que neste caso, excepcionalmente neste caso, crie um *modus operandi* para que esse requerimento seja aprovado e que não se extrapole nenhuma hora a mais do prazo dado pela nossa Constituição Estadual, tendo em vista que por duas vezes fui extremamente paciente deixando extrapolar em vários dias a mais o prazo determinado por nossa Constituição.

Era o que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras que nos visitam.

Sempre digo que os trabalhadores da área de saúde, a grande maioria é composta pelo gênero feminino. Queria dizer que tenho o maior respeito por cada um e cada uma, mas sei que vocês estão aqui em busca da abertura de uma negociação. A diretoria do sindicato certamente tem relatado os esforços que a Liderança do Governo tem feito ao lado das Lideranças das Bancadas do PMDB e do PT e de outros Parlamentares que dão sustentação política ao Governo nesta Casa, para poder justamente iniciar um processo de conversação que leva, claro, a um processo de negociação. Agora, esse processo é claro.

Tivemos, na última quarta-feira, uma reunião e esperava que aquela reunião pudesse ter sido mais produtiva. Acho que demos um pequeno passo, embora, é claro, não gostei ontem de ter recebido a nota que me foi encaminhada sobre a jornada e as posições tomadas em comum pela Secretaria da Administração e pela Secretaria da Saúde. Temos que efetivamente estabelecer uma conversação sobre esse tema que envolve a jornada de trabalho, sobre os descontos, mas por outro lado, tenho que reconhecer, o Governo tomou uma posição. Não foi uma posição irrefletida, não foi uma posição para que o Governo pudesse ser cruel com os servidores, basta ver o seguinte: talvez muitos de vocês não saibam, mas muitos dos Parlamentares que, demagogicamente subiram à tribuna para poder falar sobre a jornada de 30 horas, foram o que estabeleceram a jornada de 40 horas, votando a Lei nº 13666, em 2002, e o Deputado Rossoni, que agora há pouco naquela tribuna, disse que andaria de joelhos durante 30 dias, deveria mesmo começar se ajoelhando e

pedindo perdão por ter comandado a votação da lei que estabeleceu a jornada de 40 horas para os servidores da saúde.

(Manifestação da platéia)

É isso mesmo! A lei é do Jaime Lerner e da bancada que dava sustentação política e que hoje, demagogicamente veio a falar sobre jornada de 30 horas. Poderiam sim, Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, V. Exa. comandou a aprovação dessa lei que estabeleceu as 40 horas de jornada de trabalho para os servidores da saúde, comandados por aquela Diretora cruel, Sonia Rubera, que foi a mulher Diretora da Secretaria da Administração do Governo Jaime Lerner, que cristalizou esta questão da jornada de trabalho. Quando o governo Requião estabeleceu no decreto, que mudou o salário dos servidores da saúde...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço às galerias que não se manifestem, porque todos os oradores têm o direito de fazer as suas considerações e peço que deixem o Deputado Romanelli fazer as suas considerações.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Sr. Presidente, mas quero dizer que gosto de dialogar com as pessoas. No dia em que eu não puder dialogar diretamente com os servidores, com os dirigentes sindicais, eu deixo de ser Líder do Governo. Enquanto for Líder do Governo, eu vou poder dialogar com as pessoas e falar o que eu penso, porque o que eu penso, o que pensa a nossa bancada, é que devemos estabelecer o processo de discussão, que chegue a uma negociação, como nós fizemos na última quarta-feira, junto com o Deputado Elton Welter, Líder da Bancada do PT, para estabelecer que é necessário avançarmos nesse processo.

Penso que temos que ter muita responsabilidade, enquanto Deputados e os dirigentes sindicais, os servidores da saúde, agora, o Governo tomou posicionamentos e temos que discutir esses posicionamentos no âmbito do Governo. Claro que é importante e eu conversei hoje pela manhã, junto com os demais integrantes da bancada, com o nosso Vice-Governador em exercício, Orlando Pessutti, sobre esse tema. É um tema que devemos encontrar uma solução, devemos ter parâmetros, parâmetros do setor privado. Não venham falar que eu estou falando do setor privado que dá lucro, estou falando dos hospitais filantrópicos que têm parâmetros de funções, de horas trabalhadas e de salário. Temos que comparar, sim, temos que comparar sob o seguinte ponto de vista: de quais são as condições de trabalho de cada um dos servidores e de estabelecer um tema que já deveria ter sido estabelecido, que é a questão que envolve o risco, a insalubridade, o trabalho penoso a que o servidor está exposto. É claro que isto já podia ter sido avançado muito mais e falta um processo de gestão que é necessário que possamos construir muito rapidamente.

Mas, eu não vim aqui para fazer demagogia. Quero referendar que o Governo tomou uma posição refletida. Não foi uma posição que vocês possam achar irrefletida. E penso que é necessário, sim, que estabeleçamos uma negociação. Agora, é importante que os servidores saibam que tem uma determinação. Esta determinação está valendo e eu não posso ser irresponsável de falar contrário a esta determinação, a esta decisão do governo, até porque somos outro poder. Nós temos, claro, uma outra esfera de discussão. Por isso, sempre estarei à disposição para tentar encontrar o caminho da negociação, junto com a nossa bancada, para promover de forma muito honesta, muito franca, olho no olho, uma forma de encontrar uma solução. Mas, sinceramente, quero dizer que alguns deveriam mesmo se ajoelhar, aqui, e pedir perdão aos servidores por terem votado a jornada de trabalho de 40 horas para os servidores da área da saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado à Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu caro e ilustre Líder do Governo, é tanta ânsia de V. Exa. em atacar este Parlamentar que V. Exa. às vezes tem equívocos. Diga-se de passagem, tenho observado. Talvez esteja eu equivocado.

Quero comunicar a V. Exa., se necessário for, em nenhum momento, Deputado Romanelli - por eu trazer ou por V. Exa. ter um posicionamento discordante do meu - em nenhum momento eu usei palavra demagógica. Isso é agredir o Parlamentar no exercício do que é mais sagrado, o exercício da palavra, de dizer o que pensa, dentro de uma realidade que estamos vivendo.

V. Exa. não discorda de mim, em nenhum momento vi V. Exa. dizer lá que serão atendidos os servidores. Então, os servidores ouviram: não serão atendidos.

Segundo, V. Exa. me trata como demagógico. Eu trato V. Exa. com todo o respeito. Sabe por quê, Deputado Romanelli? Porque sei o quanto é difícil buscar 80 mil votos. E V. Exa. tem esta legitimidade, por mais discordantes que sejamos neste plenário. Então, V. Exa. terá de mim, sempre, o respeito.

Me desculpe se fui demagógico, quando falei aqui.

Desculpe. Eu não queria agredir sua inteligência. Nós temos tido, aqui, alguns embates e tenho sentido que V. Exa. nasceu num dia diferente do meu. V. Exa. nasceu com o sol brilhando e com uma inteligência mais aprimorada. Talvez não tenha a mesma coragem que eu tenho, porque se eu fosse Deputado aliado deste Governo, eu não seria um Deputado que estaria de joelhos - não estou dizendo para V. Exa. - este Parlamentar não estaria de

joelhos ou com medo de falar para o Governador quem tem razão e quem não tem razão.

Mas, primeiro quero aqui desanuviar sua mente, porque V. Exa. tem tanta vontade, até quero guardar alguns minutos porque V. Exa. me responde o que lhe interessa e não me responde o que mais me interessa. Esta resposta que V. Exa., pelo menos nas entrelinhas, deu na tribuna, eu entendi que não serão atendidos os servidores. Se eu estiver equivocado e se for necessário, Deputado Romanelli, mas não há necessidade, você acusa que este Parlamentar era Líder do Governo em 2002. Quero dizer que V. Exa. se equivoca, porque eu era 1º Secretário desta Casa. Segundo aquele Governo ruim que passou pelo Paraná, o Governo Jaime Lerner, não vou mais entrar em defesa porque isso já passou. Se foi bom ou se foi ruim, o que acertou, o que errou, quem vai julgar é a história.

Agora, Deputado, eu não era Líder. Eu era 1º Secretário desta Casa. Então, V. Exa. tenha cuidado com as informações e, também, é o seguinte: queria que V. Exa. reconsiderasse essa questão de demagogo, porque em nenhum momento usei demagogia, porque eu poderia ter chegado e falado tudo o que tenho falado quando os servidores não estão aqui. Tenho sido um Parlamentar, aqui nesta Casa, como meus Pares da Oposição. Temos trazido ao Líder do Governo sugestões porque ele é um homem competente, brilhante, extremamente privilegiado por Deus pela inteligência que Deus lhe deu, para que ele traga esclarecimentos para a população do Paraná, para os Deputados de Oposição.

A lei foi aprovada no Governo anterior, mas há leis que o governante coloca em prática e há leis que não pegam. Estávamos, esses dias, votando uma lei na CCJ que, no seu mérito era plausível, como disse o nosso Desembargador na alegação de inconstitucionalidade, na farra dos cargos que faz o Governo do Estado. Ele extingue os órgãos do Governo, mas leva todos os cargos para a Casa Civil, caminhões de cargos.

Nós já temos, Deputado Romanelli, as transformações que eu alertei os Srs. Parlamentares de que as alterações por decreto levariam a equívocos e a erros, porque o Governador não tem tempo de ficar verificando valor por valor de salário. Eu já tenho equívocos de sobra aí para uma outra jornada, quando iremos discutir isso, mas vamos esperar primeiro o pronunciamento dos Desembargadores que estarão dando o seu parecer sobre a constitucionalidade ou não constitucionalidade.

Deputado Romanelli, mas se equívoco foi cometido por nós por aprovar uma lei, se necessário for, pela sua autoridade como Líder deste Governo e pela brilhante inteligência que Deus lhe concedeu, se for necessário para corrigir este equívoco deste Governo eu pedir desculpas, mesmo eu não tendo sido Líder do Governo, quero dizer a V. Exa.: está feito aqui o pedido de desculpas. Desculpe-me, mas aquele Governo não colocou em prática a lei. Não colocou em prática porque ele poderia fazer por decreto. Está aqui a autorização. Agora, o

Governo atual agiu em cima da lei, que não era obrigatória. A Presidente do Sindicato estava até assessorando e socorrendo ali o Romanelli, há pouco.

A lei foi aprovada, mas o Governador tinha autorização para fazer isso por decreto, na hora que ele achasse necessário. O Governador anterior não achou necessário. O Governador atual achou necessário. Não entrei, Deputado Romanelli, na questão do mérito - que é se o Governador tem ou não razão. O que eu fiz, aqui, foi uma constatação de que este Governo governa por temor e não por autoridade.

Quero que V. Exa., e podemos marcar para a próxima semana porque hoje teremos 4 Sessões, tivemos uma pela manhã, vamos ter duas agora à tarde e amanhã não teremos Sessão porque o nosso Presidente viaja e, com todo respeito, tem dado dinamismo a esta Casa e tem merecido toda nossa consideração.

Deputado Romanelli, não queria trazer problemas para V. Exa. para esta semana, mas ocupe este final de semana para responder às Oposições. Primeiro, se não quiser responder o que eu questiono, V. Exa. responda o que esse jovem menino, mas brilhante e corajoso, Rangel, está lhe perguntando sobre a comunicação. Não precisa responder a este Parlamentar. Responda às outras reivindicações, como fez o Deputado Edgar Bueno. Está ali o requerimento pedindo esclarecimento sobre a TV Educativa. Não vamos nem falar dos atos de corrupção supostos, que trouxemos aqui e V. Exa. não tem mesmo vontade de responder daquela tribuna o que questionamos, porque quando estou falando aqui, felizmente aprovado pelo meus Pares, estou falando em nome de um grupo de Parlamentares.

Ora, senhores servidores: vamos simbolicamente trabalhar com números aqui, até porque a minha formação é matemática. Veja: se formos contratar uma casa para ser construída por R\$ 10 mil - talvez ajude este inteligente Líder do Governo - se formos contratar por R\$ 10 mil ou com um carpinteiro, no velho ditado, nós que somos do interior. Ele está construindo a nossa casa e no transcorrer da construção ele chega numa tarde, no fim do trabalho, você está tomando um chimarrão, ele chega e diz: "Olha, meu companheiro, fiz um compromisso com vocês de construir a casinha que vocês querem por R\$ 10 mil. Mas, não posso mais construir por R\$ 10 mil, quero R\$ 20 mil." O que nós, tomando chimarrão, na simplicidade da nossa casa, o que vamos fazer? Vamos dizer: vou pegar outro carpinteiro.

Sabe o que o Governo do Paraná faz? Uma obra contratada no Governo anterior, que eles disseram que era irregular, contratada por R\$ 69 milhões, pagaram 113 e estão devendo mais 20; a empresa está pedindo mais 40, na Justiça, e eles continuam com o mesmo carpinteiro. Quando digo com o mesmo carpinteiro, eu digo a PAVIBRAS, porque a PAVIBRAS não está construindo obras apenas para a SANEPAR. Vejam o seguinte: 69 milhões, pagaram 113 - o Governo pagou porque era dinheiro do povo - e a empresa ainda quer mais 40 de

indenização não sei porque. Essa empresa não trabalha mais para este Governo porque este Governo é sério.

Aí, ontem, acesso na internet - com muita dificuldade, porque como disse o Governador eu sou um analfabeto digital e eu reconheço isso porque o Governador é o dono da verdade - mas, com as minhas dificuldades, acessei a página do Governo. E esta PAVIBRAS que está recebendo o dobro da obra da SANEPAR, também está instalada na Secretaria da Educação. Se você pegar um xerox dos argumentos que ele pediu aditivo na SANEPAR, é o mesmo argumento que ele usa para pedir aditivos na Secretaria da Educação.

E aí, meu caro amigo Romanelli, ilustre Líder do Governo, brilhante, inteligente, um dos homens mais inteligentes deste estado, e V. Exa. quer que eu dentro da minha humildade, me cale dentro desses descabros que V. Exa. não encontra como justificar e explicar a este humilde cidadão que, com esforço e limitação, procura desempenhar os eu papel de Parlamentar representando uma região que amo e adoro, que é a região de União da Vitória.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 130/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a criação de um programa de incentivo ao transplante de órgãos no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 131/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Governador do Estado do Paraná e à Secretaria da Cultura a criação de Biblioteca Cidadã no município de Diamante do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Não chego às nossas mãos ainda e quero crer que o Governo deve ter respondido um pedido de informações, que a Assembléia aprovou no dia 18 de abril. Hoje é dia 23, já passam mais de 30 dias e conforme o Regimento Interno e a Constituição do Estado todos os pedidos de informações devem ser respondidos no prazo de 30 dias, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. Consulta à Mesa - sei que V. Exa. não tem - que consulte, por favor, à Diretoria Legislativa, se já vieram as informações que solicitamos no dia 18 de abril, que não chegaram às nossas mãos ainda, em relação ao Hospital Colônia Adauto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. Exa. que me encaminhe a cópia, para que eu possa pedir a nossa assessoria que verifique.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Prazerosamente levo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de votarmos a Ordem do Dia, vamos votar o Requerimento nº 1410, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de maio (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Vamos fazer duas Sessões.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no

município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que regulamenta as gratificações recebidas pelos garçons, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1425, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício e Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 056/07.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS (Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela Internet. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Amigos do CAP, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na região sudoeste do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública o Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, com sede e foro no município de Curitiba.

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Chama Viva do Tatu-aquara - AMCVT, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1368, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Está em Discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a chamada nominal. Solicito ao 1º Secretário, Deputado Teruo Kato, para que proceda à chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para informar aos ilustres visitantes e também à nossa imprensa que esse esquema de pedir chamada é tudo uma manobra do Governo para não votar nada. Estamos aqui e quero que a imprensa registre os nomes dos Deputados que estão em Plenário, porque senão depois colocam que faltou quórum e não dizem quem veio e quem não veio.

Então, queria que a imprensa, em respeito à democracia e em respeito ao direito, colocasse o nome de quem está aqui e dos que foram embora, porque isso é uma manobra do Governo para não votar os requerimentos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Foi muito bem colocada à disposição do nobre Deputado Jocelito. Somente para clarear que o recurso de pedir verificação de votação é do Líder do Governo e a chamada nominal que pedi é para que fique comprovado quem esteve presente e quem esteve ausente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Teruo Kato**)

(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e três Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há quórum para a votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para dizer que dos 23 Deputados que responderam presente, 18 Deputados são da Oposição e do Bloco Independente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas chegamos à conclusão que é melhor a votação ficar para a semana que vem, até porque a Bancada da Oposição, pelo que estamos sabendo, vai aumentar na semana que vem, porque o pessoal que está voltando do Japão está voltando dividido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é uma piadinha sem graça do Deputado Luiz Carlos Martins, mas é um direito que ele tem. Mas, eu queria dizer que os Deputados da Bancada da Situação, eles estão atendendo uma orientação que é dada por essa Liderança do Governo, aqui na Casa, para que possamos ter, com o reequilíbrio, do ponto de vista das forças políticas, a votação dos requerimentos.

Então, quero dizer a V. Exa. que eu não tenho nada a temer em relação aos posicionamentos que essa Liderança do Governo toma no sentimento de que neste Parlamento prevalece a democracia e fundamentalmente somos escravos do nosso regimento, e utilizaremos sempre todos os instrumentos possíveis para podermos fazer com que, claro, a nossa posição política possa prevalecer.

Então, quero dizer aos nossos colegas que integram a nossa base, do absoluto conforto, que a decisão está sendo tomada pela Liderança do Governo, e eu tenho dito isso, inclusive, na imprensa, é o posicionamento nosso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de encerrarmos a presente Sessão, apenas respondendo a questão de ordem do Deputado Elio Rusch. Respondendo a questão de ordem de V. Exa., embora tenha sido aprovada no dia 18, a Casa só protocolou dia 25, portanto o prazo não expirou ainda, tem até o dia 25 para vir a resposta da solicitação de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Segundo me consta, 25 é sexta-feira, então segunda-feira, que é a primeira Sessão que vamos ter após esta, eu terei a resposta.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo a seguir, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 049, 285, 295 e 296/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 162 e 204/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 305, 313, 335 e 342/07.

Levanta-se a Sessão.

